

**Principais notícias divulgadas por sites relacionadas ao Programa Bolsa  
Família**

**Período de Análise: 01 a 30 de Julho de 2007**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Sítio eletrônico do PNUD

Assistente de Pesquisa: Silvia A. Zimmermann

## Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF) foi oficialmente lançado em 9 de janeiro de 2004 pela Lei nº 10.836, sendo posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004, de responsabilidade do Ministério do desenvolvimento Social (MDS). Integrante do Programa Fome Zero, o PBF realizou a unificação dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, e é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades para famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00<sup>1</sup>) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00).

Entre os objetivos do PBF está a articulação das três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza. Primeiro, o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família. Segundo, o reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades que visam contribuir para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza. Terceiro, promover a coordenação de programas complementares que atuem no desenvolvimento das famílias e superação da pobreza (MDS, 2007).

Vários têm sido os debates suscitados pela criação e ampliação do programa no Brasil. Weissheimer (2006)<sup>2</sup> destaca os avanços, limites e possibilidades do PBF que está “transformando a vida de milhões de famílias no Brasil”. O autor apresenta dados de uma melhor distribuição de renda no país segundo estudos do IPEA<sup>3</sup>.

Pesquisas sobre o PBF desenvolvidas pelo próprio MDS têm fornecido informações sobre os impactos do PBF na sociedade brasileira, no intuito de qualificar as ações da política federal. As pesquisas tiveram por objetivo: a avaliação dos beneficiários sobre o programa; o enfrentamento das desigualdades de gênero em função do PBF promover o reordenamento do espaço doméstico e o acesso das mulheres ao espaço público; a percepção dos beneficiários do PBF sobre condições de segurança alimentar e nutricional e; a importância das transferências do PBF na renda dos municípios brasileiros<sup>4</sup>.

Diante dessas questões, a análise de notícias sobre o PBF proposta nessa atividade de clipping, a partir da mídia selecionada, será feita mediante a divisão conforme quatro grandes objetivos do Programa Bolsa Família, listados a seguir:

1. Promoção ao acesso à rede de serviços públicos - saúde, educação e assistência social;
2. Combate à fome e a pobreza e promoção da segurança alimentar e nutricional;

<sup>1</sup> Valores reajustados pelo Decreto nº 5.749 de 11 de abril de 2006. Segundo as notícias do mês de julho de 2007, foi anunciado novo reajuste.

<sup>2</sup> WEISSHEIMER, M. A. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

<sup>3</sup> O estudo menciona que o PBF é responsável por um terço da queda da desigualdade no país, entre os anos de 2001 e 2004. Ver SOARES, S. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004, IPEA, 2006.

<sup>4</sup> Embora o resultado integral dessas pesquisas não tenha sido divulgado, por compor atividade interna do MDS, o resumo das constatações e análises se encontram no documento “Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate”, nº5, (2007), Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

3. Estimulo a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza – geração de renda;

4. Promoção da intersectorialidade, da complementaridade e da sinergia de ações sociais do poder público.

Para dar conta da variedade das notícias encontradas foram criadas mais duas divisões, uma de *funcionamento do PBF* e de *outros*, sendo que esse último item absorve questões que não foram possíveis enquadrar nos itens anteriores.

Durante o mês de Julho de 2007 identificaram-se 29 notícias sobre o PBF na mídia selecionada. Dessas, 4 notícias referem-se ao estímulo e emancipação das famílias, 14 tratam do funcionamento do BPF e 11 referem-se a outras questões que não puderam ser enquadradas nos itens anteriores. O item da “promoção ao acesso da rede de serviços públicos” bem como os itens de “combate à fome” e a “promoção da intersectorialidade das políticas” não foram diretamente mencionados entre as notícias veiculadas sobre o PBF. No entanto, a temática da combate a fome e promoção ao acesso da rede de serviços públicos permeiam quase a totalidade das notícias.

Quadro 1 – Brasil, notícias de Julho/2007 sobre Programa Bolsa Família.

<b>Temáticas das notícias</b>	<b>Nº de notícias</b>
1. Promover o acesso à rede de serviços públicos - saúde, educação e assistência social	-
2. Combater a fome e a pobreza e promover a segurança alimentar e nutricional	-
3. Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza – geração de renda	4
4. Promover a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder público	-
5. Sobre o funcionamento do PBF	15
<b>6. Outros</b>	<b>10</b>
<b>Total</b>	<b>29</b>

***Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza – geração de renda***

Nesse item foram identificadas 4 notícias que tratam de: microcrédito ofertado pelo BNB para famílias do PBF; estímulo a famílias beneficiados pelo PBF para produção de

pimenta; cursos de capacitação oferecidos a famílias beneficiárias do PBF com recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e; oferecimento de cursinhos pré-vestibular para jovens pertencentes a famílias beneficiárias do PBF.

Em Maranguape, região metropolitana de Fortaleza, CE, os programas de microcrédito Crediamigo e Agroamigo, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) têm beneficiado famílias atendidas pelo PBF. O BNB, por meio dos programas de microcrédito destina recursos para produção e comercialização de calçados artesanais e roupas e também para a implantação de mini-mercados, pelas famílias do PBF.

Em Abadiânia, interior de Goiás, o plantio de pimenta vem incrementando a renda de pequenos produtores rurais. Todos beneficiários do PBF. São conservas, geléias, temperos, bolos, doces e compotas. Tudo de malagueta ou de cheiro. O estímulo a atividade teve início em 2005, quando a Prefeitura reuniu quatro pequenos produtores da região, cadastrados no Bolsa Família. Na sede do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) começaram os primeiros cursos com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/Hortaliças).

Em Luminárias, Município localizado na região Sul de Minas Gerais, a Associação de Trabalho e Cidadania de Luminárias dos Beneficiários do Programa Bolsa Família (Astracil) estimulou a iniciativa de confecção e comercialização de panos de prato entre mulheres beneficiárias do PBF. Com a parceria de técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social, a atividade teve recursos repassados pelo MDS por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD). As resistências foram vencidas com curso de associativismo, ministrado por técnicos do Sebrae, de pintura e bordado em tecido e, ainda, de culinária com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). Iniciativa semelhante identifica-se no município de Boa Vista do Incra, RS, que está envolvendo os beneficiários do PBF em uma série de atividades de geração de trabalho e renda, como o artesanato, o corte e costura, cursos de manicure e pedicure. As atividades produtivas para o público atendido pelo PBF acontecem também em outros municípios no país, em virtude dos recursos do IGD repassados pelo MDS. O IGD é vinculado ao desempenho municipal e leva em consideração o preenchimento correto do cadastro, a atualização cadastral, envio da frequência escolar e acompanhamento de saúde das famílias beneficiadas. Cada item equivale a 25% do índice. Vale destacar que 245 municípios brasileiros não recebem o recurso financeiro por não contarem com Fundo Municipal de Assistência Social ou porque não assinaram o termo de adesão ao PBF.

O governo federal vai oferecer cursinho pré-vestibular aos filhos de beneficiários do PBF. O objetivo é que eles tenham mais chances de obter vagas no ProUni, o principal programa de bolsas de estudo do Ministério da Educação. O anúncio do cursinho pré-vestibular, que será gratuito aos estudantes e sem custos extras ao governo federal só ocorrerá após o presidente Lula formalizar a decisão de ampliar o limite de idade do Bolsa Família de 15 para 17 anos. Uma das curiosidades dessa notícia é que pesquisas encomendadas pelo MDS revelam que filhos de beneficiários do PBF têm apresentado rendimento abaixo daqueles que não recebem o benefício, mas também são de famílias pobres.

### ***Sobre o funcionamento do PBF***

Nesse item foram identificadas 15 notícias, sendo que os temas principais foram: o reajuste do PBF em 18,25%; a elaboração em formato de consulta pública do novo modelo de Cadastro Único; irregularidades do PBF em cidades auditadas pela CGU; o prazo de envio das informações das condicionalidades de Educação e Saúde para o MDS e o prazo para os municípios verificarem a informação de renda de benefícios bloqueados.

O presidente Lula anunciou na abertura da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar, ocorrida entre 03 e 06 de julho em Fortaleza (CE) o aumento do benefício do PBF em 18,25%. O Governo Federal corrigiu os valores dos benefícios do PBF com base na variação do INPC entre outubro de 2003 – quando o programa foi criado – e maio de 2007. Com a recomposição do benefício, o menor valor de R\$ 15,00 passa para R\$ 18,00 e o máximo de R\$ 95,00 para R\$ 112,00, a partir de agosto. O valor médio nacional que hoje é de R\$ 62,00 será de R\$ 72,00. A medida foi implementada pelo decreto nº 6.157 publicado no Diário Oficial da União no dia 17 de julho. A recomposição dos valores é a segunda alteração feita pelo Governo Federal no programa. Em abril de 2006, foi alterado o limite de renda para ser beneficiado pelo PBF, que era de R\$ 100,00 mensal por pessoa e passou a ser de R\$ 120,00. As duas alterações feitas até hoje no programa (limite de renda e valor), por ato do poder executivo, estão previstas no artigo 2º da lei 10.836.

A elaboração do novo formulário do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal esteve no mês de julho aberto às críticas dos Gestores municipais e coordenadores estaduais do PBF. O objetivo do MDS foi lançar uma consulta pública para avaliação e elaboração do novo modelo de formulário que é a base de dados usada para seleção de beneficiários do PBF. As colaborações puderam ser feitas até o dia 13/07. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) tem sido parceiro nessa iniciativa do MDS. Entre as informações do Cadastro estão a quantidade de membros da família, nível de escolaridade, renda e atribuição profissional de cada pessoa. Os gastos e a situação de moradia também são incluídos. O cadastro deve ser feito pelas prefeituras.

Notícia divulgada na Folha de São Paulo denunciou que o PBF tem problemas em 90% de cidades auditadas. Segundo Felipe Bächtold, auditorias feitas pela CGU (Controladoria Geral da União) em cidades de todo o país, escolhidas por sorteio, mostram que em 90% dos municípios analisados há irregularidades na aplicação de recursos do PBF. Neste ano, o órgão divulgou relatórios de fiscalizações dos repasses da União feitas em 120 cidades. Houve problemas com o PBF em 108 delas. Entre as irregularidades mais comuns associadas ao PBF, constatada em 70 municípios visitados por fiscais da CGU está o pagamento a beneficiados com renda superior à estipulada pelos critérios do programa. A fiscalização também apontou casos de beneficiados mortos ou que estão cadastrados simultaneamente em outros programas, como o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), o que é irregular. Os fiscais relataram ainda defeitos no controle do programa e o não-cumprimento de medidas exigidas pelo governo federal. Isso inclui deficiência na verificação da frequência dos alunos na escola, cadastros desatualizados e não-constituição de um conselho para administrar ações na área social, conforme prevêm as normas do PBF.

Como resposta a notícia veiculada pelo Folha de São Paulo, o MDS esclareceu que os dados da CGU utilizados na notícia estavam defasados, e disse que cortou em maio de 2007 330 mil benefícios do Bolsa Família por suspeita de renda incompatível com os critérios do programa. Por isso "muitas das situações colocadas pela CGU já foram até resolvidas". O Ministério alega ter tomando "todas as providências" em relação às irregularidades constatadas nos relatórios da CGU -o de março, com dados de 60 cidades. Os municípios que tiveram beneficiados bloqueados em maio têm até agosto para atualizar no sistema do programa a renda das famílias ou cancelar definitivamente o cadastro de quem que recebia pagamento irregular. Há cerca de um ano, os técnicos da CGU foram aos Municípios citados a fim de fiscalizar a execução de programas e projetos com recursos do Governo Federal. Desde 2003, cerca de 1,9 milhão de famílias tiveram seus benefícios cancelados ou bloqueados por medidas de controle adotadas pelo MDS. A cada mês, cerca de 50 mil famílias deixam o programa e outras 50 mil começam a receber o benefício. O MDS realiza também auditorias para detectar duplicidades de cadastro.

A notícia do Jornal Folha de São Paulo também resultou num pronunciamento da Assessoria de Comunicação Social da Controladoria-Geral da União que procurou esclarecer questões sobre o dados utilizados pelo Jornal e afirmar que o CGU "considera o Bolsa Família um programa vitorioso sob todos os aspectos, inclusive devido à sua ampla visibilidade e transparência, uma vez que seus dados são publicados mensalmente no Portal da Transparência da CGU".

Ainda no item de notícias referentes ao funcionamento do PBF foi divulgado que no dia 13 de julho terminava o prazo para o envio das informações das condicionalidades de Educação e Saúde do Bolsa Família para o MDS. Até a primeira semana do mês de julho o Governo Federal havia recebido cerca de 40% dos dados da frequência escolar e de 35% do acompanhamento dos beneficiários nos postos de saúde. O MDS orientou os Municípios a registrarem as informações nos sistemas dos Ministérios da Educação e da Saúde o mais rápido possível para evitar sobrecarga nos últimos dias. Os Municípios do Ceará e de Santa Catarina foram os mais adiantados no envio da frequência. Em seguida estavam as cidades do Paraná, Rio de Janeiro e de Tocantins. Os Estados mais atrasados foram Amapá e Pará.

Também foi notificado que o prazo para os municípios verificarem a informação de renda de 330.682 benefícios do PBF bloqueados termina no fim de agosto. Até 29 de junho, apenas 70 mil tiveram os dados atualizados, o que corresponde a 24% dos cadastros com suspeitas de renda *per capita* acima de R\$ 120,00, critério para inclusão no programa. O pagamento foi suspenso em maio, depois que o MDS comparou a renda declarada no Cadastro Único para Programas Sociais com a renda informada na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dos anos de 2004 e 2005. O objetivo foi verificar inconsistências entre as informações das duas bases de dados.

### **Outros**

Nesse item foram identificadas 10 notícias. Entre essas está a opinião do Ministro do MDS, Patrus Ananias que defende que o PBF é "o maior programa de transferência de renda com condicionalidades já criado". Apresenta-se como "política emancipadora, ao mesmo tempo em que assegura, em caráter imediato, direitos mínimos a quem antes não

tinha nada”. O Ministro mencionou que os programas de redução da desigualdade promovidos pelo Governo Federal têm tido êxito comprovado por pesquisas criteriosas sobre o assunto. Ele ressaltou que Pesquisadores do Ipea analisaram dados da Pnad 2005 (Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar) e apontaram um contingente de 7 milhões de pessoas que saíram da miséria, comprovando efeitos objetivos do PBF.

Foi anunciado que uma pesquisa do governo federal vai analisar os impactos do PBF na alimentação, nos hábitos de consumo, nos acesso a serviços públicos e na situação da mulher entre os domicílios atendidos. O levantamento será feito pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) que pretende entrevistar 5 mil pessoas em todos os Estado brasileiros. O estudo, que deve ser concluído até o fim do ano, foi orçado em R\$ 1,4 milhão e usará recursos da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), um órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia. Entre os objetivos da pesquisa está a avaliação da opinião das famílias sobre como a renda repassada pelo programa, que tem o apoio do PNUD, alterou sua alimentação. Será verificado, por exemplo, se os lares atendidos modificaram seu perfil de consumo, se houve mudança nos tipos de produtos consumidos. A pesquisa, chamada “Programa Bolsa Família: Repercussão no Perfil de Gastos das Famílias Atendidas”.

Entre as notícias veiculadas, está avaliação de Jeffrey Sachs, economista e representante da Organização das Nações Unidas (ONU) para as estratégias de luta contra a pobreza que disse que o “PBF não será suficiente para o desenvolvimento do Nordeste”. Segundo o economista, “o Brasil precisa dar uma resposta ao Nordeste, mas não apenas colocando as crianças na escola ou dando uma ajuda individual. Isso pode ter certo sucesso por algum tempo, mas não é a estratégia adequada para o médio e longo prazos”. Para Sachs o governo brasileiro deve considerar que a solução para a pobreza não pode se limitar ao PBF. “O Brasil precisa estabelecer planos regionais para garantir melhor infraestrutura, para lidar com o problema de cada local. Minha tese é simples: a prioridade deve ser o Nordeste, com um amplo plano de irrigação e melhoria das condições das cidades”.

Outra notícia desse item, também com foco na economia, aponta que as regiões Norte e Nordeste começam a viver uma desaceleração no ritmo do consumo depois de três anos de crescimento consecutivo. Segundo a empresa de pesquisas LatinPanel, o gasto médio das famílias com 70 categorias das cestas de alimentos, bebidas e higiene e limpeza cresceu 1% nessas regiões, nos cinco primeiros meses do ano. No resto do país, a expansão foi de 6% no período. Outros indicadores confirmam o freio no crescimento das duas regiões. De junho de 2006 a maio de 2007, o valor do tíquete médio de compras das famílias do Norte e do Nordeste aumentou 1% quando comparado aos 12 meses anteriores. Passou de R\$ 9,11 para R\$ 9,21. O LatinPanel acompanha semanalmente o consumo de 8.200 domicílios no país. O aumento de 18,25% no PBF, que vigora em agosto, pode voltar a aquecer a economia da região. "O impacto será grande, pois a inflação dos alimentos está alta e o Bolsa Família não é reajustado desde 2003", diz Eduardo Fagnani, professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)

Foi noticiado o encontro entre pequenos agricultores familiares de Sobral (Ceará), e representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe juntos, teve por objetivo tratar de questões de condições de segurança alimentar, com a geração de trabalho e renda para comunidades pobres. O grupo estrangeiro, que representa a sociedade civil, faz parte dos Países Africanos de Língua Portuguesa (Palop), convidado para participar do Projeto Rede Internacional de Segurança Alimentar (IFSN), implementado pela ActionAid International, uma organização não-governamental que

trabalha em mais de 40 países em ações de combate à pobreza. Entre as principais iniciativas estão as relacionadas à garantia dos direitos básicos, como alimentação, saúde, moradia e educação.

Também africano é o país de Benin, noroeste da África, que se interessou pelo fato da centralidade dos programas sociais no Brasil estarem na família. A equipe de dirigentes de Benin veio conhecer experiências, como PBF, que possam ser implantadas naquela nação. A visita ao Brasil é organizada pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, que acompanha os projetos brasileiros de cooperação técnica e coordenou missão em Benin no último mês de fevereiro. Como resultado, o governo do país africano oficializou interesse em conhecer os programas de proteção social desenvolvidos pelo governo brasileiro.

Entre as notícias também se divulgou o curso sobre o sistema de pagamento dos benefícios do PBF em mais de 19 mil pontos da Caixa Econômica Federal, espalhados em todo o País, e o cadastramento das famílias de baixa renda estiveram sendo os temas abordados por representantes do MDS. Promovido pelo Instituto de Pesquisa em Política Econômica, com apoio do Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (Dfid), o curso - que começou em 22 de julho até 04 de agosto - teve por objetivo apresentar modelos e implementação de programas de transferência de renda e desenvolver capacidades dos formuladores de política e dos agentes do programa em países de renda baixa e média.

## ÍNDICE

1. O caminho da emancipação social – Patrus Ananias – Folha de São Paulo – Opinião – 01/07/2007 .....	11
2. Artigo: As portas de entrada - Ministro Patrus Ananias – Sítio Eletrônico do MDS – 02/07/2007 .....	13
3. Programa de microcrédito auxilia beneficiários do Bolsa Família no Ceará - MDS - 03/07/2007 .....	14
4. Presidente Lula anuncia recomposição para Bolsa Família – CONSEA - 03.07.2007 - Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome .....	15
5. Famílias do Bolsa temperam a vida em Abadiânia – MDS - 04/07/2007 .....	17
6. Pesquisa avaliará impacto do Bolsa Família – PNUD - SARAH FERNANDES da PrimaPagina - Brasília, 04/07/2007 .....	18
7. Bolsa-Família aumentará 18,25% - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 04/07/2007 .....	19
8. Governo reajusta os benefícios do Bolsa Família – MDS - 04/07/2007 .....	20
9. Lula reajusta Bolsa Família – Kamila Fernandes – Folha de São Paulo – Brasil – 04/07/2007 .....	21
10. Bolsa Família será reajustado em 18,25% - Isabela Martin – O Globo – O País – 04/07/2007 .....	22
11. Presidente Lula abre a III Conferência de Nacional de Segurança Alimentar e anuncia reajuste do Bolsa Família – MDS - Bruno Spada - 04/07/2007 .....	23
12. Ministro Patrus Ananias fala sobre importância do reajuste do Bolsa Família – MDS - Bruno Spada/MDS - 04/07/2007 .....	24
13. Bolsa é insuficiente para Nordeste, diz Sachs – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Nacional – 05/07/2007 .....	25
14. Últimos dias para os Municípios enviarem informações sobre as contrapartidas de Educação e Saúde do Bolsa Família – MDS - 09/07/2007 .....	25
15. Novo formulário do Cadastro Único recebe sugestões de gestores e técnicos do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 10/07/2007 .....	26
16. Municípios investem na inclusão produtiva de beneficiários do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 13/07/2007 .....	27
17. Bolsa Família dará direito a cursinho pré-vestibular – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Cotidiano – 14/07/2007 .....	29
18. Bolsa Família tem problemas em 90% de cidades auditadas – Felipe Bächtold – Folha de São Paulo – Brasil – 16/07/2007 .....	31
19. Benefícios foram cortados, diz ministério Felipe Bächtold – Folha de São Paulo – Brasil – 16/07/2007 - DA AGÊNCIA FOLHA .....	32
20. Ministério do Desenvolvimento Social esclarece distorções no Bolsa Família apontadas pela CGU – MDS- 16/07/2007 .....	33
21. Publicado decreto que reajusta benefícios do Bolsa Família - MDS - 17/07/2007 .....	34
22. CGU divulga nota sobre fiscalização do Bolsa Família e diz que programa é vitorioso – MDS - *Assessoria de Comunicação Social / CGU- 18/07/2007 .....	35
23. Programas brasileiros de combate à fome ultrapassam fronteiras do País – Sítio Eletrônico do MDS – 18/07/2007 .....	35
24. Governo reajusta Bolsa Família – O Globo – O País – 18/07/2007 .....	37

25. Publicado decreto de reajuste do Programa Bolsa Família – CONSEA - Fonte: SIP - Presidência da República - 19.07.2007 .....	37
26. Consumo desacelera nas regiões Norte e Nordeste – Cristiane Narnieri – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/07/2007.....	38
27. Ações centradas na família chamam atenção de dirigentes do Benin em visita ao MDS – Sítio Eletrônico do MDS – 24/07/2007 .....	39
28. Termina em agosto prazo para municípios atualizarem renda de benefícios bloqueados do Bolsa Família – MDA 25/07/2007 .....	40
29. Bolsa Família é tema de curso sobre programas de transferência de renda na África – MDA – Bruno Spada/MDS - 31/07/2007.....	42

## **1. O caminho da emancipação social – Patrus Ananias – Folha de São Paulo – Opinião – 01/07/2007**

O VALOR constitutivo da dignidade humana e do grande projeto nacional almejado por todos é o trabalho, tratado pela opinião pública como um dos principais investimentos na emancipação social, ao lado da educação. Mas quais são as medidas necessárias para isso? O que fazer quando as pessoas não têm trabalho ou, mesmo trabalhando, têm renda aquém de suas possibilidades?

Há outro desafio: num país como o nosso, com uma dívida social tão grande, temos de dar resposta a pessoas, famílias e até comunidades inteiras que ficaram à margem do desenvolvimento e hoje não estão adequadamente qualificadas para o mercado de trabalho. O debate remete à reflexão sobre a relação complementar entre as políticas sociais e o almejado objetivo do projeto nacional.

As políticas sociais são compatíveis com o mundo do trabalho e com as políticas de acesso a educação de qualidade e de saúde, num processo vigoroso de evolução e adequação às realidades que vão transformando.

O Bolsa Família, maior programa de transferência de renda com condicionalidades já criado, expressa muito bem essa dimensão das políticas, se apresentando, de maneira clara e objetiva, como política emancipadora, ao mesmo tempo em que assegura, em caráter imediato, direitos mínimos a quem antes não tinha nada.

Como um programa de renda mínima, o Bolsa Família começa atendendo ao mais elementar dos direitos: direito à alimentação. Na mesma linha, oferece condições materiais para que as famílias cumpram as contrapartidas legais exigidas para recebimento do benefício: manter as crianças na escola e observar o calendário de vacinação dos filhos e de consultas das gestantes e das lactantes.

O acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiados pelo Bolsa Família ocorre ininterruptamente desde o bimestre outubro/novembro de 2004, por meio de um sistema desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação. Com os mecanismos de avaliação e controle das condicionalidades, temos o retorno de aproximadamente 70% das crianças e adolescentes beneficiários e, dentre eles, 97% têm frequência escolar regular. O controle das exigências da área da saúde, em parceria com o Ministério da Saúde, mostra que 98,4% das famílias atendidas mantinham as consultas e controles em dia.

As condicionalidades reforçam o caráter emancipador do programa, remetem ao Estado o dever de garantir o acesso a esses direitos e promovem uma integração direta com a educação e a saúde. Essa mesma dimensão orienta a articulação do Bolsa Família com outros programas, como o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e o Paif (Programa de Atendimento Integral às Famílias), desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social.

A preservação de laços familiares é outro valioso efeito da transferência de renda, credenciando-a como política centrada na promoção de valores familiares e comunitários, com potencial de interromper o ciclo da miséria em famílias afetadas por uma situação de desigualdade e exclusão.

O papel de nossos programas na redução da desigualdade tem sido comprovado por pesquisas criteriosas sobre o assunto. Pesquisadores do Ipea analisaram dados da Pnad 2005 (Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar) e apontaram um contingente de 7 milhões de pessoas que saíram da miséria, comprovando efeitos objetivos do programa. Segundo um artigo publicado pelos economistas Nanak Kakwani, Hyun H. Son e Marcelo Néri na revista "Poverty in Focus", o número de brasileiros pobres no país caiu de quase 30% em 1995 para 26% em 2004. Eles indicam a queda mais consistente na desigualdade no período 2001-2004, com ênfase no biênio 2003-2004, e a atribuem à expansão da transferência de renda aos pobres.

Esses resultados não só mostram o potencial do programa, mas também reforçam a importância do reajuste do benefício do Bolsa Família, dentro das medidas de aperfeiçoamento das políticas sociais, para que continue cumprindo seus objetivos: assegurar às famílias o direito à alimentação, oferecer as condições para cumprimento das condicionalidades, prevenir o processo de desconstituição das famílias e preservar vínculos, além de ser um importante instrumento de combate à pobreza e de fortalecimento das economias locais. Queremos crescimento econômico com vigorosas políticas de distribuição de renda e combate à desigualdade social.

---

PATRUS ANANIAS , 55, advogado, é ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Foi prefeito de Belo Horizonte em 1993-1996. Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

## **2. Artigo: As portas de entrada - Ministro Patrus Ananias – Sítio Eletrônico do MDS – 02/07/2007**

O impacto das políticas sociais na redução da desigualdade no Brasil nos últimos anos vem sendo comprovado por vários estudos na área. Sendo assim, há uma expectativa a respeito dos possíveis desdobramentos a partir desses resultados, na perspectiva de construção de um conceito de desenvolvimento integral e integrado que envolva também as dimensões econômicas, políticas, culturais e ambientais.

São questionamentos que revelam a dimensão evolutiva das políticas sociais e por isso são importantes para orientar nossos debates sobre o tema. São políticas que se desenvolvem sobretudo a partir do potencial de abertura de verdadeiras "portas de entrada" para outros direitos elementares da cidadania. Mas nosso desafio se apresenta de maneira não-linear, porque a dívida social nos impõe uma situação onde essa evolução de direitos convive com a necessidade do apoio do Estado para assegurar direitos básicos, como o da alimentação.

Por isso, o investimento em novas abordagens das políticas deve acontecer sem prejuízo das políticas existentes, o que significa envidar esforços e recursos materiais e humanos para reforçá-las de modo a manter os resultados positivos. Um dos resultados desse esforço se reflete, por exemplo, na necessidade de reajuste do Bolsa Família.

A garantia de uma renda mínima a famílias mais pobres foi responsável por 26% da queda da pobreza e 41% da extrema pobreza, como demonstrou um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada divulgado este ano. Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas aponta a que o programa, junto com o controle da inflação, foi um dos principais responsáveis pelo aumento de 8,56% na renda per capita dos 50% dos brasileiros mais pobres em 2005. Um outro levantamento, este feito pela Universidade Federal Fluminense com famílias beneficiárias, revelou que 94% das crianças dessas famílias fazem diariamente pelo menos três refeições ao dia. Reajustar o valor do benefício garante a manutenção do poder de compra e o potencial de impacto na melhoria das condições de vida da população mais pobre.

Mas também reforçamos o potencial dos programas quando investimos nas possibilidades de integração e sinergia entre eles. É um processo que requer o envolvimento de todos os entes federados, num trabalho em parceria, como já estamos desenvolvendo e estimulando, sobretudo em relação às políticas de geração de trabalho e renda, de apoio ao cooperativismo, ao microcrédito.

Na mesma linha encontram-se as medidas para ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação, controle e focalização dos programas. A pedido do ministério, a Universidade Federal de Minas Gerais realizou uma pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família e constatou que os beneficiários usam os recursos para alimentação e roupas infantis, as famílias trabalham mais e entre eles as crianças abandonam menos a escola.

O controle do acompanhamento escolar e de saúde das famílias também é tratado como medida fundamental na execução do programa. Esse controle representa 50% do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Bolsa Família. É uma maneira de estimular o repasse de informações por parte dos municípios. Também investimos em mecanismos de controle e fiscalização do programa, para garantir que os recursos continuem chegando a quem deles precise efetivamente. Além disso, contamos com a ajuda da Corregedoria Geral da União, com parceria com o Ministério Público e com participação dos conselhos municipais.

O esforço de ampliação, aperfeiçoamento e consolidação das políticas que compõem nossa rede de proteção e promoção social está diretamente ligado ao compromisso de uma geração de erradicar a fome e a pobreza no País. Esse é o começo para viabilizar nosso maior desejo, que é a construção de uma sociedade em que todos tenham assegurada a igualdade de condições. Em que as chances de desenvolvimento dos talentos e das potencialidades sejam conferidas a todos.

*\*Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

### **3. Programa de microcrédito auxilia beneficiários do Bolsa Família no Ceará - MDS - 03/07/2007**

Os programas de microcrédito Crediamigo e Agroamigo, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) têm beneficiado as famílias que recebem o Bolsa Família. A constatação foi feita, nesta terça-feira (03/07), pelas representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Kátia Campos, secretária de Articulação Institucional e Parcerias, Rosani Cunha, secretária de Renda de Cidadania, e Leonor Pacheco, diretora de Avaliação e Monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, em visita à comunidade de Cajueiro, no Município de Maranguape, região metropolitana de Fortaleza, no Estado do Ceará.

A secretária Kátia Campos conta que quinze mulheres e três homens criaram o Banco Bom Jesus de Praga para financiar projetos de geração de trabalho e renda para empreendedores com baixa condição de renda. O BNB, por meio dos programas de microcrédito destina recursos para estes pequenos comerciantes produzirem e venderem calçados artesanais e roupas e também para a implantação de mini-mercados. “Todos os envolvidos são solidários no pagamento do empréstimo. Isto cria uma identidade no grupo e fortalece o negócio”, ressalta a dirigente da SAIP.

Ainda segundo a secretária, dos 18 integrantes do Banco Bom Jesus de Praga, 16 são beneficiados pelo Bolsa Família. A possibilidade de, no futuro, existir um acordo técnico entre o Ministério e o BNB, para expandir os programas de microcrédito aos beneficiários do Bolsa Família, foi citada durante a visita.

O BNB premia empreendimentos sociais criativos, soluções que incluem socialmente as pessoas e geram trabalho e renda. Por isso, Kátia Campos convidou os dirigentes da

instituição a expor estas ações à Rede de Tecnologia Social (RTS). A RTS reúne, organiza, articula e integra um conjunto de instituições com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação, em escala, de tecnologias sociais. Este universo compreende produtos, técnicas ou metodologias passíveis de ser reaplicadas, desenvolvidas na interação com a comunidade.

**Coleta Seletiva** - Na tarde desta terça-feira, a dirigente da SAIP participou, na sede do BNB, em Fortaleza (CE), do Seminário Estadual de Implementação do Decreto 5.940/06, que institui a coleta seletiva nos órgãos da administração pública federal. Estiveram presente 14 órgãos públicos federais, a rede estadual de catadores e representantes do fórum estadual lixo e cidadania, num total de 43 presentes.

A representante do MDS avaliou positivamente o evento e afirmou que as instituições participantes celebraram acordo de fiscalizar e auxiliar todos os órgãos envolvidos no Estado para dar cumprimento eficaz ao texto legal que destina os resíduos passíveis de sofrer o processo de reciclagem às associações e cooperativas de catadores.

#### **4. Presidente Lula anuncia recomposição para Bolsa Família – CONSEA - 03.07.2007 - Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, nesta terça-feira (3), o percentual de recomposição de 18,25% para o benefício pago pelo Programa Bolsa Família e a ampliação do atendimento da alimentação escolar para estudantes do ensino médio. As novidades foram anunciadas durante a solenidade de abertura da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no Centro de Convenções de Fortaleza, Ceará. Com o boné verde do evento na cabeça, recebido de uma delegada participante do encontro, o presidente falou durante cerca de quinze minutos para uma platéia atenta, que se manifestou várias vezes a cada referência que fazia ao direito democrático da reivindicação popular. Lula esteve acompanhado por ministros, governadores de Estado e autoridades da área social, entre eles, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e do presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Chico Menezes, anfitriões do evento.

"Até 2010, vamos acertar com a Funasa [Fundação Nacional de Saúde] a instalação da rede de esgoto e água potável em 90% das comunidades indígenas e em pelo menos metade das terras quilombolas", completou. Para as centenas de delegados participantes da conferência, o presidente deixou um recado: "Nunca parem de reivindicar, mas não percam a noção do que já foi conquistado".

Dirigindo-se ainda ao ministro Patrus Ananias, o presidente garantiu que não vai faltar direito para comprar alimento. "Tem que aparecer dinheiro para apoiar os pequenos", referindo aos recursos de R\$ 12 bilhões anunciados recentemente, em Brasília, destinados ao investimento na próxima safra.

Lula fez elogios à atuação do ministro Patrus Ananias, à frente do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, e de Chico Menezes na presidência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

„O Patrus, com esse jeitinho mineiro, e o Chico Menezes, que parece um mineirinho, sabem reivindicar e vêm conseguindo muitas coisas“, revelou o presidente. Aos conferencistas, o presidente Lula fez um menção especial: „Nunca parem de reivindicar, pois no dia em que vocês pararem, nós, governantes, vamos pensar que já fizemos tudo“. No início do discurso, o presidente recebeu das mãos da trabalhadora rural, Cláudia Fonseca, uma grande cesta de alimentos, simbolizando a temática da conferência de segurança alimentar.

Prestação de contas - O ministro Patrus Ananias apresentou um balanço dos programas sociais desenvolvidos pelo MDS, lembrando que desde o início do governo Lula o combate à fome e as ações estruturantes de geração de trabalho e renda sempre estiveram na pauta de prioridades.

Segundo o presidente do Consea, Chico Menezes, o momento da conferência é um dos mais importantes e encerra um processo de construção democrática dos caminhos para combater a fome e garantir a segurança alimentar e nutricional. "Mas, ainda temos que estar atentos a questões como a biosegurança, a regulamentação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da publicidade de alimentos", completou, destacando ainda a necessidade de mais atenção a comunidades indígenas, quilombolas e populações tradicionais. Menezes também cobrou maior participação da sociedade civil nas instâncias que tratam da questão dos alimentos transgênicos.

Patrus Ananias fala sobre importância do reajuste do Bolsa Família – CONSEA - Kátia Marsicano - 04.07.2007 - Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome O anúncio da recomposição de 18,25% sobre valor pago atualmente pelo Programa Bolsa Família, feito pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Fortaleza, Ceará, na noite de terça-feira (3), foi comentado com entusiasmo pelo ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. Segundo ele, o reajuste melhora as condições de vida das 11 milhões de famílias brasileiras atendidas, que gastam mais de 90% do que recebem em alimentação.

O ministro participou da apresentação do painel Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento, o primeiro realizado nesta quarta-feira (4), como parte da programação oficial do evento.

Com a autorização dada pelo presidente, os valores pagos pelo programa passam de R\$ 50 para R\$ 58 (o benefício fixo) e de R\$ 15 para R\$ 18 (o variável pago para crianças e adolescentes que estejam frequentando a escola). "Cada família poderá receber até R\$ 112", ressaltou o ministro, lembrando ser dever do Estado assegurar o direito à alimentação das populações pobres.

"A consequência disso é a garantia de preservação dos vínculos familiares e o reforço das economias locais", argumentou. "Gente que nunca comprou ou comprava pouco agora já pode comprar comida, material escolar". O ministro Patrus falou ainda sobre a decisão do presidente em autorizar a ampliação da merenda escolar para os alunos do Ensino Médio, que vai beneficiar mais 8 milhões 300 mil estudantes em todo o País.

Autoridades reconhecidas - O painel, do qual participou o ministro, foi coordenado pela secretária-executiva adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arlete Sampaio, com apresentação dos temas conduzida pelo conselheiro Renato Maluf, do Consea nacional. Entre os principais pontos apresentados por ele, estavam a contextualização dos debates a partir da relevância das políticas sociais, o enfraquecimento dos Estados nacionais e o panorama internacional.

Na platéia, personalidades importantes na luta pelo direito à alimentação no Brasil: Dom Mauro Morelli, primeiro presidente do Consea (1993 e 1994) e uma das maiores expressões brasileiras ao lado de Hebert de Souza, o Betinho, na campanha de combate à fome; e a pediatra Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança - ambos reconhecidos com o Prêmio Cidadania Mundial, em 2003.

Sobre os resultados do evento, a médica acredita no bom-senso dos participantes. "É fundamental que os delegados votem e trabalhem por propostas que ajudem as famílias mais pobres, não só no acesso à alimentação como na educação alimentar", disse.

Exemplo mexicano - De acordo com o diretor-executivo da Associação Nacional de Empresas Campesinas do México, o ex-deputado federal Victor Soares, o Brasil precisa estar atento ao que acontece com o seu país, onde a população infantil está desnutrida e a adulta sofre com a obesidade. "A pobreza reduz o consumo de frutas e leite e aumenta o de alimentos ricos em carboidratos", diz. "As corporações internacionais dominam o sistema alimentar".

Para ele, o estímulo à produção de etanol hoje também representa uma ameaça aos mexicanos, porque atende exclusivamente aos interesses dos Estados Unidos e da União Européia. "Mas, aqui o poder do povo pode vencer essa disputa", concluiu. Do mesmo painel participou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o coordenador da Rede Evangélica Paranaense de Assistência Social (Repas) e conselheiro do Consea, pastor Werner Fuchs.

O segundo painel do dia teve como tema Proposições da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, coordenado pelo secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano, e apresentado pelos conselheiros do Consea, Adriano Martins e Maria Emília.

Ainda como parte da programação do dia, serão realizadas mais de 40 oficinas e atividades integradoras sobre temas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar, Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads), cisternas, o Programa Bolsa Família e Fome Zero, coordenados pela equipe técnica do MDS.

##### **5. Famílias do Bolsa temperam a vida em Abadiânia – MDS - 04/07/2007**

São conservas, geléias, temperos, bolos, doces e compotas. Tudo de malagueta ou de cheiro. Em Abadiânia, interior de Goiás, o plantio de pimenta vem incrementando a renda de pequenos produtores rurais. Todos beneficiários do Bolsa Família, maior programa de transferência do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que beneficia atualmente 11,1 milhões de pessoas. A iniciativa tornou-se viável com a utilização dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e do Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), que mantém os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), conhecidos como Casas das Famílias.

Tudo começou no final de 2005, quando a Prefeitura reuniu quatro pequenos produtores da região, cadastrados no Bolsa Família, para conscientizá-los de que plantar pimenta poderia ser um bom negócio. Na sede do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) começaram os primeiros cursos com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/Hortaliças). Para os homens, os segredos da plantação e colheita

da pimenta. Já as mulheres aprendem a fazer conservas e peças de artesanato.

“O ciclo da pimenta é perfeito. Quem planta ganha muito, já que da pimenta nada se perde. A conserva, por exemplo, dura cerca de dois anos”, explica João Malheiros Filho, superintendente de Assuntos Sociais da Prefeitura de Abadiânia. Malheiros conta que em pouco tempo o plantio da pimenta começou a atrair outros interessados. “Hoje, já são 35 famílias que, além do cultivo, fazem diversos outros produtos com o condimento”, ressalta o superintendente.

Em 2006, os pequenos produtores da cidade participaram da 2ª Mostra Nacional de Pimentas e Produtos Derivados, realizada pela Embrapa Hortaliças em Brasília. Neste ano, 32 pessoas frequentaram cursos como “Boas práticas na cozinha” e “Geléias, molhos e conservas” oferecidos no CRAS da cidade. Além do MDS, a iniciativa conta com o apoio da Agência Rural da cidade e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/GO).

Hoje toda comunidade trabalha para a realização da 1ª Agrofesta da Pimenta de Abadiânia, nos dias 6, 7 e 8 de julho. A iniciativa servirá para divulgar e informar à população sobre os benefícios nutricionais da pimenta e difundir iguarias variadas com o tempero. “Queremos tornar esta festa um evento tradicional na cidade. Teremos até a escolha da Rainha da Pimenta”, disse Malheiros. O Município de Abadiânia produziu uma média de 16 toneladas de pimenta de diversas variedades na safra de 2006/2007. Parte dos produtos é comercializada em barracas às margens da BR 060 (Brasília/Goiânia).

## **6. Pesquisa avaliará impacto do Bolsa Família – PNUD - SARAH FERNANDES da PrimaPagina - Brasília, 04/07/2007**

Uma pesquisa do governo federal vai analisar os impactos do Bolsa Família na alimentação, nos hábitos de consumo, no acesso a serviços públicos e na situação da mulher entre os domicílios atendidos. O levantamento, a ser feito pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), pretende entrevistar 5 mil pessoas em todos os Estados brasileiros. O estudo, que deve ser concluído até o fim do ano, foi orçado em R\$ 1,4 milhão e usará recursos da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), um órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia.

A pesquisa, chamada “Programa Bolsa Família: Repercussão no Perfil de Gastos das Famílias Atendidas”, terá como objetivo principal avaliar a opinião das famílias sobre como a renda repassada pelo programa, que tem o apoio do PNUD, alterou sua alimentação. Será verificado, por exemplo, se os lares atendidos modificaram seu perfil de consumo, se houve mudança nos tipos de produtos consumidos.

Alguns estudos já realizados indicam que o principal gasto das famílias beneficiadas é justamente com alimentação, segundo o pesquisador Eduardo Rios, que na segunda-feira participou de uma conferência no Centro Internacional de Pobreza para avaliar os impactos do Bolsa Família. “Isso mostra que o programa tem alcançado com sucesso o objetivo de reduzir a pobreza”, avalia.

Além de alimentação, o levantamento do IBASE vai analisar e mapear as eventuais alterações na estrutura familiar, a participação das famílias em movimentos sociais ou programas governamentais, a opinião dos beneficiados sobre o programa e a facilidade de

acesso a serviços públicos, como saúde e educação. Os questionários ainda estão sendo preparados. A pesquisa de campo deve começar em agosto.

O IBASE já fez em fevereiro uma primeira etapa do trabalho — uma pesquisa qualitativa que ouviu 150 famílias no Pará, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Paraná. Em cada Estado foram entrevistadas famílias de três municípios: um de pequeno porte, um de médio e a capital.

Foi essa primeira etapa que mostrou a importância de computar fatores como “acesso à energia e saneamento básico, situação de saúde da família e distância dos locais onde são oferecidos serviços públicos”, afirma Edmar Gadelho, responsável pela pesquisa. O levantamento de informações sobre a estrutura familiar será feito porque o benefício do Bolsa Família é, em boa parte das vezes, pago à mulher. “As mulheres que recebem o benefício passaram a ter maior poder de decisão dentro da família, principalmente em questões relacionadas à educação dos filhos”, afirma Mariana Santarelli, pesquisadora do IBASE, que trabalhou na primeira etapa do estudo.

Ao pesquisar o acesso das famílias a educação e saúde, o trabalho enfoca justamente os dois requisitos exigidos pelo programa — para receber o pagamento, é preciso que as crianças em idade escolar frequentem o ensino e que a família vá periodicamente ao serviço de saúde.

Rios, que estudou o Bolsa Família, afirma que é preciso fazer mais nessa área para reverter o ciclo vicioso da pobreza no Brasil. “Para reverter esse quadro, é necessário que sejam desenvolvidos programas governamentais, principalmente nas áreas de saúde e educação, e que eles tomem como ponto de partida a demanda mapeada pelo Bolsa Família”, afirma.

## **7. Bolsa-Família aumentará 18,25% - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 04/07/2007**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem à noite, na abertura da 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em Fortaleza, o aumento do benefício do Bolsa-Família em 18,25%. O repasse médio para as famílias carentes vai passar de R\$ 62 para R\$ 72. O reajuste representará, neste ano, um gasto adicional de R\$ 400 milhões.

Lula anunciou também que o governo vai começar a distribuir merenda escolar nas escolas de ensino médio. O custo do novo programa, anual, será de R\$ 362 milhões e vai beneficiar 8,3 milhões de jovens.

No discurso, em tom de desabafo, o presidente disse que o seu governo “foi execrado”, tanto pela direita quanto pela esquerda, quando instituiu o Bolsa-Família. “A verdade nua e crua é que poucas vezes se pensou em política social como pensamos”, afirmou ele, frisando que acertou com o projeto. “Tirando Getúlio Vargas, quero saber quem esteve tão perto dos pobres.”

O presidente disse que não realizou tudo o que queria, mas o que podia. Em seguida, fez novos elogios: “Não se pode perder a noção das conquistas que a gente já teve.” E acrescentou: “Estamos subindo a escada rolante.”

Ainda em tom inflamado, Lula comentou que não concluiu a reforma agrária necessária para o País, mas superou a atuação da gestão anterior. Também comparou o cadastro anterior dos benefícios sociais - “não era sério” - com o do Bolsa-Família - “pela primeira vez tem um cadastro que merece respeito”.

Antes da conferência, ao anunciar medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de saneamento e habitação, o presidente comentou que o País vive “um momento significativo muito bom”. “O PAC é o mais planejado programa de investimentos já feito. Duvido que em 118 anos de República o Brasil tenha vivido um momento tão importante como este.”

**VAIAS** - O ministro do Desenvolvimento e Combate à Fome, Patrus Ananias, levou uma sonora vaia quando defendeu, em seu discurso, o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Na conferência de segurança alimentar havia pessoas de vários Estados, incluindo daqueles contrários ao projeto.

#### **FRASES - Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente**

“Poucas vezes se pensou em política social como pensamos. Tirando Getúlio Vargas, quero saber quem esteve tão perto dos pobres”

“Duvido que em 118 anos de República o Brasil tenha vivido um momento tão importante como este”

#### **8. Governo reajusta os benefícios do Bolsa Família – MDS - 04/07/2007**

O Governo Federal corrigiu os valores dos benefícios do Bolsa Família em 18,25%, com base na variação do INPC entre outubro de 2003 – quando o programa foi criado – e maio de 2007. Com a recomposição do benefício, o menor valor passa de R\$ 15,00 para R\$ 18,00 e o máximo de R\$ 95,00 para R\$ 112,00, a partir de agosto. O valor médio nacional que hoje é de R\$ 62,00 será de R\$ 72,00. A medida será implementada por decreto do presidente Lula a ser publicado no Diário Oficial da União nos próximos dias.

É a primeira recomposição dos valores dos benefícios desde a criação do programa. O objetivo da correção é recuperar o poder de compra dos benefícios transferidos a quase 11 milhões de famílias de baixa renda em todo o País. Pesquisas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) - responsável pela execução do Bolsa Família - mostram que os recursos são destinados principalmente à aquisição de alimentos, material escolar, medicamentos e vestuário.

Com a atualização dos valores, o benefício básico passa de R\$ 50,00 para R\$ 58,00, e o variável de R\$ 15,00 para R\$ 18,00. O MDS prioriza as famílias extremamente pobres, ou seja, aquelas com renda mensal per capita de até R\$ 60,00. Elas recebem o benefício básico mais o variável por filho de até 15 anos, limitado a três. Uma família nessa situação que tenha três filhos recebe, em julho, um benefício de R\$ 95,00 e com o reajuste este valor será de R\$ 112,00, em agosto.

As famílias consideradas pobres, ou seja, com renda mensal por integrante entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00, recebem apenas o benefício variável, limitado a três. Uma família pobre com três crianças, por exemplo, que recebia até agora R\$ 45,00 do Bolsa Família passa a receber

R\$ 54,00, com a correção.

A recomposição dos valores é a segunda alteração feita pelo Governo Federal no programa. Em abril de 2006, foi alterado o limite de renda para ser beneficiado pelo Bolsa Família, que era de R\$ 100,00 mensal por pessoa e passou a ser de R\$ 120,00. O critério de inclusão também foi corrigido pela variação do INPC entre outubro de 2001 e outubro de 2003. As duas alterações feitas até hoje no programa (limite de renda e valor), por ato do poder executivo, estão previstas no artigo 2º da lei 10.836.

À época, o Ministério reduziu a meta de atendimento do programa de 11,2 milhões para 11,1 milhões de famílias. Essa redução ocorreu devido à queda dos índices de pobreza apontada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2004, do IBGE. Até abril de 2006, o MDS utilizava a Pnad de 2001 como referência para inclusão no Bolsa Família, que mostrava 11,2 milhões de famílias pobres no Brasil. A estimativa de 2004 representa 21,4% das famílias brasileiras, enquanto a anterior, baseada na Pnad/2001, correspondia a 23,6%. Estudo do IPEA avalia que o Bolsa Família contribuiu para a queda de 21% da desigualdade brasileira. Com a recomposição do benefício, o principal mecanismo do Governo Federal de combate à pobreza e à fome, será reforçado.

Atualização de valores:

Benefício básico: passa de R\$ 50,00 para R\$ 58,00. Destinado a famílias extremamente pobres. Além do benefício básico, essas famílias recebem o variável que era de R\$ 15,00 e, com a correção, chegará a R\$ 18,00.

Valor máximo, que era de R\$ 95,00, será de R\$ 112,00.

Benefício variável: passa de R\$ 15,00 para R\$ 18,00, limitado a três crianças e adolescentes de até 15 anos. Destinado a famílias pobres. O valor máximo, nesse caso, era de R\$ 45,00 e chegará a R\$ 54,00.

Valor médio do benefício: hoje é de cerca de R\$ 62,00 e será de R\$ 72,00

## **9. Lula reajusta Bolsa Família – Kamila Fernandes – Folha de São Paulo – Brasil – 04/07/2007**

### **Presidente admitiu que faltava "cadastro sério"**

Ao anunciar ontem o reajuste de 18,25% para o Bolsa Família, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu que o maior problema na implantação do programa foi a inexistência de um cadastro sério. "E nós sabemos que no meio de tanta gente honesta neste país sempre tem um picareta que quer cadastrar uma pessoa que não tem direito", afirmou. A declaração foi feita na 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que acontece em Fortaleza. "Sempre haverá alguém disposto a achar que é mais esperto que os outros. Eu não sei como é que uma pessoa não tem vergonha na cara e tem coragem de tirar R\$ 70 da boca de uma pessoa que está com fome", disse. Para Lula, apesar de agora ter sido feito um "cadastro de respeito", é necessário ser vigilante na fiscalização.

Com o aumento anunciado ontem, o benefício médio do Bolsa Família irá para R\$ 72.

Momentos antes de participar deste evento, ele esteve em outro, também em Fortaleza, em que anunciou investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), no valor de R\$ 980 milhões para o Ceará. Apesar de não ter falado diretamente sobre corrupção, ele aconselhou o governador do Ceará, Cid Gomes (PSB), a criar um conselho gestor para cuidar desse dinheiro.

Ao discursar sobre os investimentos do PAC, Lula disse que só vai haver justiça no país quando houver equilíbrio na disputa entre Norte-Nordeste e Sul-Sudeste, e que só aí haverá o "país dos nossos sonhos".

Numa espécie de metalinguagem em que analisou o próprio governo, disse haver um contra-senso entre o voto dos mais pobres e os que conseguem entrar em "palácios" de governo, que são "aqueles que não votaram em nós".

### **10. Bolsa Família será reajustado em 18,25% - Isabela Martin – O Globo – O País – 04/07/2007**

Com aumento anunciado por Lula no Ceará, valor médio do benefício passará de R\$ 62 para R\$ 72 mensais

FORTALEZA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem, durante a abertura da 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, um reajuste de 18,25% para os benefícios do programa Bolsa Família.

O valor médio da bolsa passará de R\$ 62 para R\$ 72 mensais, o que representará um aumento de R\$ 400 milhões no orçamento de 2007 do programa. Para o próximo ano, o gasto com o pagamento do benefício aumentará em R\$ 1,3 bilhão.

O Bolsa Família, maior programa de transferência de renda já criado no Brasil, beneficia 11 milhões de famílias.

Ao anunciar o reajuste, Lula falou sobre as denúncias de irregularidades no programa, relacionadas ao cadastro único. Segundo ele, o grande problema do programa é que não existia um cadastro sério no país.

— No meio de gente séria tem sempre um picareta que quer cadastrar quem não tem direito — disse Lula.

O presidente disse que ainda existem denúncias de irregularidades na concessão dos benefícios e lembrou que o governo federal precisa ficar vigilante para evitar o surgimento de novas fraudes.

#### **Governo financiará merenda escolar no ensino médio**

O presidente também anunciou que o governo vai financiar a merenda escolar nas escolas para alunos de ensino médio da rede pública. Essa foi uma deliberação do 2º Consea, realizado em 2004. Segundo Lula, a previsão no Palácio do Planalto é de a proposta seja encaminhada ao Congresso Nacional em dois meses. Pelo projeto, 8 milhões de alunos devem ser incluídos no programa, o que vai exigir um investimento de mais R\$ 300 milhões mensais.

A idéia, segundo Lula, é estimular a aquisição de produtos agrícolas de cada região para compor a merenda. Essas propostas foram elaboradas em conjunto pelo Consea e pelo

Fundo Nacional de Desenvolvimento na Educação, do MEC, e são frutos de um processo de construção que teve o envolvimento do Ministério Público Federal, do Ministério da Saúde, da Associação Brasileira de Nutrição (Asbran) e do Conselho Federal de Nutricionistas, entre outros órgãos e instituições.

### **11. Presidente Lula abre a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e anuncia reajuste do Bolsa Família – MDS - Bruno Spada - 04/07/2007**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta terça-feira (03/07) o percentual de recomposição de 18,25% para o benefício pago pelo Programa Bolsa Família e a ampliação do atendimento da alimentação escolar para estudantes do ensino médio. As novidades foram anunciadas em Fortaleza (CE), durante a solenidade de abertura da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, evento organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Com o boné verde do evento na cabeça, recebido de uma participante do encontro, o presidente falou durante cerca de quinze minutos para uma platéia atenta, que se manifestou várias vezes a cada referência feita ao direito democrático da reivindicação popular. Lula estava acompanhado por ministros, governadores de Estado e autoridades da área social, entre eles o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e o presidente do CONSEA, Chico Menezes.

“Até 2010, vamos acertar com a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) a instalação da rede de esgoto e água potável em 90% das comunidades indígenas e em pelo menos metade das terras quilombolas”, completou. Para as centenas de delegados participantes da conferência, o presidente deixou um recado: “Nunca parem de reivindicar, mas não percam a noção do que já foi conquistado”.

Dirigindo-se ao ministro Patrus Ananias, o presidente Lula garantiu que não vai faltar dinheiro para comprar alimento. “Tem que aparecer dinheiro para apoiar os pequenos”, referindo-se aos recursos de R\$ 12 bilhões anunciados recentemente, em Brasília, destinados ao investimento na próxima safra agrícola.

No início do discurso, o presidente recebeu das mãos da trabalhadora rural, Cláudia Fonseca, uma grande cesta de alimentos, simbolizando a temática da conferência de segurança alimentar.

Prestação de contas - O ministro Patrus Ananias apresentou um balanço dos programas sociais desenvolvidos pelo MDS, lembrando que desde o início do governo Lula o combate à fome e as ações estruturantes de geração de trabalho e renda sempre estiveram na pauta de prioridades.

Segundo o presidente do Consea, Chico Menezes, o momento da conferência é um dos mais importantes e encerra um processo de construção democrática dos caminhos para combater a fome e garantir a segurança alimentar e nutricional. “Mas, ainda temos que estar atentos a questões como a biossegurança, a regulamentação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e a publicidade de alimentos”, completou, destacando ainda a necessidade de mais atenção a comunidades indígenas, quilombolas e populações tradicionais.

Ainda na noite de ontem, primeiro dia do encontro, foi aprovado o Regulamento da Conferência, que define as regras para a elaboração do documento final do evento.

## **12. Ministro Patrus Ananias fala sobre importância do reajuste do Bolsa Família – MDS - Bruno Spada/MDS - 04/07/2007**

Melhoria das condições de vida dos beneficiários do Bolsa Família foi destacada pelo ministro Patrus Ananias em painel da III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, nesta quarta-feira.

O anúncio da recomposição de 18,25% sobre o valor pago atualmente pelo Programa Bolsa Família, feito pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Fortaleza, Ceará, na noite de terça-feira (03/07), foi comentado com entusiasmo pelo ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

Segundo o ministro, que na manhã desta quarta-feira (04) participou da apresentação do painel Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento - primeiro evento da programação oficial da Conferência na capital cearense - o reajuste melhora as condições de vida das quase 11 milhões de famílias brasileiras atendidas, que gastam mais de 90% do que recebem em alimentação.

Com a nova medida, os valores pagos pelo programa passam de R\$ 50,00 para R\$ 58,00 (o benefício fixo) e de R\$ 15,00 para R\$ 18,00 (o variável pago para crianças e adolescentes que estejam frequentando a escola). “Cada família poderá receber até R\$ 112,00”, ressaltou o ministro Patrus, lembrando que é dever do Estado assegurar o direito à alimentação das populações pobres.

“A consequência disso é a garantia de preservação dos vínculos familiares e o reforço das economias locais”, argumentou Patrus Ananias. “Gente que nunca comprou ou comprava pouco, agora já pode comprar comida, material escolar”. O ministro falou ainda sobre a decisão do presidente Lula de autorizar a ampliação da merenda escolar para os alunos do Ensino Médio, o que vai beneficiar mais 8 milhões e 300 mil estudantes em todo o País. Autoridades reconhecidas - O painel do qual participou o ministro foi coordenado pela secretária-executiva adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arlete Sampaio, com a apresentação dos temas conduzida pelo conselheiro Renato Maluf, do Consea nacional. Entre os principais pontos apresentados por ele, estavam a contextualização dos debates a partir da relevância das políticas sociais, o enfraquecimento dos Estados nacionais e o panorama internacional.

Na platéia, personalidades importantes na luta pelo direito à alimentação no Brasil: Dom Mauro Morelli, primeiro presidente do Consea (1993 e 1994) e uma das maiores expressões brasileiras, ao lado de Hebert de Souza, o Betinho, na campanha de combate à fome; e a pediatra Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança – ambos reconhecidos com o Prêmio Cidadania Mundial, em 2003.

Sobre os resultados do evento, Dra. Zilda acredita no bom-senso dos participantes. “É fundamental que os delegados votem e trabalhem por propostas que ajudem as famílias mais pobres, não só no acesso à alimentação como na educação alimentar”, disse.

Exemplo mexicano - De acordo com o diretor-executivo da Associação Nacional de Empresas Campesinas do México, o ex-deputado federal Victor Soares, o Brasil precisa estar atento ao que acontece com o seu país, onde a população infantil está desnutrida e a adulta sofre com a obesidade. “A pobreza reduz o consumo de frutas e leite e aumenta o consumo de alimentos ricos em carboidratos”, diz. “As corporações internacionais dominam o sistema alimentar”.

Do mesmo painel participaram o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o coordenador da Rede Evangélica Paranaense de Assistência Social (Repas) e conselheiro do Consea, pastor Werner Fuchs.

O segundo painel do dia teve como tema Proposições da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, coordenado pelo secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano, e apresentado pelos conselheiros do Consea, Adriano Martins e Maria Emília.

Ainda como parte da programação deste primeiro dia de atividades da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, serão realizadas mais de 40 oficinas e atividades integradoras sobre temas como Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads), cisternas, Bolsa Família e Fome Zero.

### **13. Bolsa é insuficiente para Nordeste, diz Sachs – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Nacional – 05/07/2007**

O Bolsa-Família não será suficiente para o desenvolvimento do Nordeste. A avaliação é de Jeffrey Sachs, economista e representante da Organização das Nações Unidas (ONU) para as estratégias de luta contra a pobreza. “O Brasil precisa dar uma resposta ao Nordeste, mas não apenas colocando as crianças na escola ou dando uma ajuda individual. Isso pode ter certo sucesso por algum tempo, mas não é a estratégia adequada para o médio e longo prazos”.

Sachs, da Universidade de Columbia, foi nomeado como representante do secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, para estabelecer estratégias que possam ajudar os países a lutar contra a pobreza, a fome e a falta de educação.

Em 2000, a ONU estabeleceu como meta a redução da pobreza e da fome pela metade até 2015. Ontem, Sachs debateu com governos de todo o mundo a estratégia em uma conferência em Genebra. Segundo ele, o governo brasileiro deve considerar que a solução para a pobreza não pode se limitar ao Bolsa-Família.

“Dar uma renda individualmente a uma família pode ser positivo, mas não terá resultados estruturais que dependerão de outros fatores”, afirmou. “O Brasil precisa estabelecer planos regionais para garantir melhor infra-estrutura, para lidar com o problema de cada local. Minha tese é simples: a prioridade deve ser o Nordeste, com um amplo plano de irrigação e melhoria das condições das cidades.”

### **14. Últimos dias para os Municípios enviarem informações sobre as contrapartidas de Educação e Saúde do Bolsa Família – MDS - 09/07/2007**

A uma semana de terminar o prazo para o envio das informações das condicionalidades de Educação e Saúde do Bolsa Família, o Governo Federal recebeu cerca de 40% dos dados da

frequência escolar e de 35% do acompanhamento dos beneficiários nos postos de saúde. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) orienta os Municípios a registrarem as informações nos sistemas dos Ministérios da Educação e da Saúde o mais rápido possível para evitar sobrecarga nos últimos dias. O prazo para as duas informações termina na sexta-feira (13/07).

Esses dados são essenciais para que os filhos de 11 milhões de famílias atendidas pelo programa tenham melhores condições de vida no futuro. São 14,9 milhões de crianças e adolescentes de seis a 14 anos que precisam frequentar 85% das aulas. As informações sobre a presença na escola dos alunos de famílias beneficiárias, referente a abril e maio, devem ser inseridas no endereço <http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br>

Os Municípios do Ceará e de Santa Catarina são os mais adiantados no envio da frequência: 51% dos alunos já tiveram a presença na escola registrada. Em seguida estão as cidades do Paraná, Rio de Janeiro e de Tocantins, com 50%. Os Estados mais atrasados são Amapá e Pará.

Mais 5,6 milhões de crianças de zero a seis que devem ter o acompanhamento de saúde informado. Desse total, 44,39% já tiveram as informações sobre vacinação infantil registradas no sistema do Ministério da Saúde no endereço: <http://sisvan.datasus.gov.br> ou [www.saude.gov.br/nutricao](http://www.saude.gov.br/nutricao). O Sisvan também recebeu dados sobre consultas de 63.242 mulheres grávidas.

O monitoramento das contrapartidas nas duas áreas representa 50% do repasse de recursos do MDS aos Municípios. Portanto, as Prefeituras que não enviarem as informações vão receber valores menores do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) nos próximos meses.

### **15. Novo formulário do Cadastro Único recebe sugestões de gestores e técnicos do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 10/07/2007**

Gestores municipais e coordenadores estaduais do Bolsa Família podem participar da elaboração do novo formulário do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Com esse objetivo, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançou a consulta pública para avaliação e elaboração do novo modelo de formulário do Cadastro Único, base de dados usada para seleção de beneficiários do Bolsa Família. As colaborações podem ser feitas também por pesquisadores e por diversos setores da sociedade ligados ao tema até sexta-feira (13/07).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) é parceiro nessa iniciativa do MDS. O Cadastro Único é um instrumento adotado pelo MDS para a coleta e o arquivamento de informações relativas aos beneficiários dos programas de combate à pobreza e exclusão social. São cadastradas famílias com até meio salário mínimo per capita.

Entre as informações constantes no Cadastro estão a quantidade de membros da família, nível de escolaridade, renda e atribuição profissional de cada pessoa. Os gastos e a situação de moradia também são incluídos. Para se inscreverem no Cadastro, todos precisam ter o documento de identificação civil, enquanto o representante familiar precisa apresentar CPF ou Título de Eleitor. O cadastro é feito pelas prefeituras.

A finalidade da consulta pública é melhorar a qualidade dos dados coletados. Informações corretas e mais detalhadas permitirão que os programas de combate à pobreza e à exclusão social alcancem os brasileiros mais pobres. O novo formulário permitirá uma melhor

utilização das informações pelos governos municipais, estaduais e federal na implementação de política sociais.

Atualmente, o Bolsa Família atende 11 milhões de famílias que tenham renda de até R\$ 120,00 per capita. São transferidos cerca de R\$ 683,5 milhões por mês aos beneficiários em todo País.

Para participar da consulta acesse o link:

[http://aplicacoes.mds.gov.br/sisopi\\_senarc/?d=index&a=index&f=index](http://aplicacoes.mds.gov.br/sisopi_senarc/?d=index&a=index&f=index).

## **16. Municípios investem na inclusão produtiva de beneficiários do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 13/07/2007**

A Associação de Trabalho e Cidadania de Luminárias dos Beneficiários do Programa Bolsa Família (Astracil) está mudando a vida de cerca de 50 mulheres atendidas pelo programa de transferência de renda em Luminárias, Município localizado na região Sul de Minas Gerais. Elas participam da gestão do negócio, da produção e da comercialização dos produtos. Todas as etapas são supervisionadas pelos técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social.

A iniciativa, responsável pela confecção de 250 panos de prato, foi desenvolvida pelo Município mineiro com recursos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Os produtos começam a ser comercializados neste sábado (14/07), com o lançamento oficial da Associação, durante a comemoração do aniversário da cidade. A idéia é vender também para supermercados dos Municípios vizinhos.

As associadas preparam a diversificação de produtos: decidiram investir também em projetos de tecelagem e de artesanato. Iniciada em outubro de 2006, a proposta da associação teve que vencer a desconfiança das beneficiárias. “Começamos com dez mulheres. Hoje, 50 já estão envolvidas com o trabalho, e os novos projetos vão abranger mais 50”, afirma a gestora municipal do Bolsa Família, Elenita Andrade Abreu Gomes, também diretora do Departamento Municipal de Assistência Social.

As resistências foram vencidas com curso de associativismo, ministrado por técnicos do Sebrae, de pintura e bordado em tecido e, ainda, de culinária com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). Segundo Elenita Andrade, o objetivo da associação foi criar uma alternativa que possa gerar trabalho e renda para as mulheres de Luminárias. A economia do Município se baseia em atividades nas áreas de mineração e colheita do café, destinadas especialmente aos homens.

Com 382 famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, o que corresponde a uma transferência de renda direta de R\$ 19.000,00 por mês, Luminárias recebe aproximadamente R\$ 1.000,00 mensais do MDS para investir na gestão do programa. Além de ações de inclusão produtiva, os recursos repassados ao Município precisam ser aplicados no acompanhamento das condicionalidades de Educação e de Saúde, no cadastramento e na atualização cadastral dos beneficiários.

Exemplo que vem do Sul – No Rio Grande do Sul também há histórias de boa gestão dos recursos enviados pelo MDS. O Município de Boa Vista do Incra está envolvendo os beneficiários do programa Bolsa Família em uma série de atividades de geração de trabalho e renda. As famílias têm reuniões bimestrais, quando especialistas de várias áreas fazem palestras. No curso de artesanato, foram envolvidas 120 mulheres de dez comunidades do interior; outras 30 participaram das aulas de corte e costura e mais 20 do curso de manicure e pedicure. “Essas pessoas estão desenvolvendo as atividades que aprenderam e gerando renda para a família”, revela Joceli Antônio Vieira, gestor municipal do Bolsa Família.

A nova investida da Prefeitura será o curso de reaproveitamento de alimentos que vai ocorrer em 1º de setembro e terá a participação de técnicos da Emater e de um profissional da área de alimentação. Antes de iniciar qualquer treinamento em atividades produtivas, o gestor Joceli Vieira faz uma pesquisa para descobrir as potencialidades de desenvolvimento, tanto dos beneficiários quanto do Município. A Prefeitura de Boa Vista do Incra está avaliando, ainda, a implantação de curso de informática para jovens e também a possibilidade de uma iniciativa em agricultura familiar.

As atividades produtivas para o público atendido pelo Bolsa Família, nos dois Municípios, acontecem também em vários cantos do País. Isso ocorre graças ao repasse do MDS, por meio do IGD, para aprimorar a gestão do programa. “O IGD representa um grande impulso do Governo Federal para tirar essas famílias da pobreza. Com esses recursos podemos investir em ações complementares”, destaca Joceli Vieira. Com 102 famílias atendidas pelo Bolsa Família, que totalizam uma transferência de R\$ 7.000,00, Boa Vista do Incra recebe, pelo índice, R\$ 448,00 por mês.

O Ministério repassou R\$ 17,7 milhões a 5.513 Municípios, referente ao IGD de abril. O índice é vinculado ao desempenho municipal e leva em consideração o preenchimento correto do cadastro, a atualização cadastral, envio da frequência escolar e acompanhamento de saúde das famílias beneficiadas. Cada item equivale a 25% do índice.

O indicador varia de 0 a 1, mas o Município que não atingir o mínimo de 0,4 do IGD não recebe recursos. As Prefeituras que não têm Fundo Municipal de Assistência Social e aquelas que não assinaram o termo de adesão ao Bolsa Família também ficam sem o apoio financeiro. Nessa situação estão 245 Municípios.

## QUADRO DEMONSTRATIVO REPASSE IGD

UF	Quant.	Valor
AC	22	92.075,07
AL	97	531.760,31
AM	57	328.826,47
AP	12	41.275,19
BA	381	1.978.811,35
CE	181	1.386.233,94
DF	1	125.817,50
ES	76	302.973,81
GO	235	446.669,94
MA	214	1.183.570,32
MG	821	1.910.162,25
MS	76	193.221,35
MT	137	218.661,66
PA	138	745.344,56
PB	215	720.742,01
PE	181	1.387.317,53
PI	209	647.329,29
PR	399	827.332,52
RJ	90	628.886,92
RN	162	560.269,38
RO	51	148.221,60
RR	13	46.094,39
RS	433	717.194,98
SC	291	290.495,52
SE	75	319.274,78
SP	619	1.778.237,92
TO	133	213.263,61
<b>Total geral</b>	<b>5319</b>	<b>17.770.064,17</b>

### **17. Bolsa Família dará direito a cursinho pré-vestibular – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Cotidiano – 14/07/2007**

**Aulas serão concedidas a filhos dos beneficiários do programa federal**

**Objetivo é facilitar o acesso às bolsas do ProUni; 280 mil jovens que se enquadram no perfil concluem o ensino médio todo ano no país**

O governo federal decidiu oferecer cursinho pré-vestibular aos filhos de beneficiários do Bolsa Família. O objetivo é que eles tenham mais chances de obter vagas

no ProUni, o principal programa de bolsas de estudo do Ministério da Educação. Esse cursinho terá seu formato voltado a conteúdos exigidos nas provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que credencia os estudantes a ingressar no Programa Universidade para Todos.

De acordo com o governo, cerca de 280 mil jovens de famílias com o perfil do Bolsa Família concluem anualmente o ensino médio e, na prática, ficam em condições para disputar uma bolsa na universidade.

Esse número (280 mil jovens) é considerado baixo pelo governo, portanto uma demanda de fácil atendimento. No ano passado, foram oferecidas pelo ProUni 138,6 mil vagas em instituições de ensino superior. Neste ano, são 163,4 mil bolsas, sendo que 97,5 mil delas são integrais.

Para disputar uma das vagas do ProUni, o estudante tem de se enquadrar nas seguintes condições: ter nota mínima de 45 pontos no Enem, ter cursado o ensino médio em escola pública (ou com bolsa na rede particular) e ter renda familiar por pessoa (renda da família dividida pelo número de pessoas) de até um salário mínimo e meio para bolsa integral ou de até três salários mínimos para a bolsa parcial.

O anúncio desse cursinho pré-vestibular, que será gratuito aos estudantes e sem custos extras ao governo federal (fará parte do orçamento do programa), só ocorrerá após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva formalizar a decisão de ampliar o limite de idade do Bolsa Família de 15 para 17 anos.

Atualmente o programa de transferência de renda paga às famílias um valor fixo de R\$ 15 por filho de até 15 anos (num limite de três filhos). A partir de agosto, conforme já anunciado por Lula, esse valor será reajustado para R\$ 18.

A idéia inicial do Ministério do Desenvolvimento Social era que os filhos dos beneficiários do Bolsa Família já iniciassem a prova do Enem com alguns pontos de vantagem em relação aos demais estudantes.

Essa medida, porém, encontrou resistências no Ministério da Educação -a nota mínima exigida no exame do Enem é de 45 pontos (média aritmética entre as provas de redação e de conhecimentos gerais).

Tema de recente conversa do ministro Patrus Ananias (Desenvolvimento Social) com o presidente Lula, a implantação do cursinho deve ser operacionalizada, a princípio, por meio de um programa já existente na Educação, o PIC (Projetos Inovadores de Cursos), curso preparatório para o vestibular, com enfoque social, voltado a comunidades quilombolas e indígenas, por exemplo.

O cursinho faz parte de uma estratégia de incentivo do governo federal na área de educação às famílias atendidas pelo Bolsa Família.

Entre o conjunto de medidas de cunho social que o governo deve anunciar no mês que vem está o pagamento de um prêmio de R\$ 400 aos filhos de beneficiários do Bolsa Família que concluírem o ensino fundamental e de R\$ 800 aos que finalizarem o ensino médio.

Pesquisas encomendadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social revelam que filhos de beneficiários do Bolsa Família têm apresentado rendimento abaixo daqueles que não recebem o benefício mas também são de famílias pobres.

### **18. Bolsa Família tem problemas em 90% de cidades auditadas – Felipe Bächtold – Folha de São Paulo – Brasil – 16/07/2007**

Auditorias feitas pela CGU (Controladoria Geral da União) em cidades de todo o país, escolhidas por sorteio, mostram que em 90% dos municípios analisados há irregularidades na aplicação de recursos do programa Bolsa Família, do governo federal. Neste ano, o órgão divulgou relatórios de fiscalizações dos repasses da União feitas em 120 cidades. Houve problemas com o Bolsa Família em 108 delas.

A investigação faz parte do Programa de Fiscalização de Municípios, que avalia periodicamente, por sorteio, cidades com até 500 mil habitantes.

A irregularidade mais comum relativa ao Bolsa Família, constatada em 70 municípios visitados por fiscais da CGU, é o pagamento a beneficiados com renda superior à estipulada pelos critérios do programa.

A fiscalização também apontou, em outros municípios, casos de beneficiados mortos ou que estão cadastrados simultaneamente em outros programas, como o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), o que é irregular.

Outro problema constante foi a não-localização de estudantes ou de responsáveis incluídos no Bolsa Família.

Os fiscais relataram ainda defeitos no controle do programa e o não-cumprimento de medidas exigidas pelo governo federal.

Isso inclui deficiência na verificação da frequência dos alunos na escola, cadastros desatualizados e não-constituição de um conselho para administrar ações na área social, conforme prevêem as normas do Bolsa Família.

Recebem o benefício famílias com filhos de até 16 anos incompletos e com renda mensal de até R\$ 120 por pessoa. O valor do pagamento depende da renda e do número de filhos. A média é de R\$ 72 por mês.

## **Ar-condicionado**

As duas últimas edições da investigação da CGU foram feitas por cerca de 450 fiscais durante o segundo semestre do ano passado e divulgadas em março deste ano (com o relatório sobre a situação de 60 cidades) e na semana passada (com o relatório sobre outras 60).

Os pesquisadores verificaram documentos das prefeituras e realizaram entrevistas com moradores das cidades sorteadas.

Um dos casos relatados pelos fiscais foi a compra pela Prefeitura de Caiçara (PB), com o dinheiro que seria usado no Bolsa Família, de um aparelho de ar-condicionado para o gabinete.

A prefeitura argumentou à CGU que havia comprado o equipamento para o prédio da Secretária de Assistência Social, que gerencia o programa, mas, como o local não oferecia condições para instalação do aparelho, instalou-o no gabinete da prefeitura. Em Palmeiras (BA), a coordenadora do programa na cidade aparece na lista de quem recebe o benefício, segundo a auditoria. A prefeitura disse à CGU que desconhecia o fato e que iria apurá-lo.

Em duas cidades -Ipaba (MG) e Jericó (PB)-, os fiscais constataram que mulheres de vereadores, que têm renda acima do estipulado, recebiam o benefício. Em Pernambuco, no município de Gameleira, a auditoria da CGU verificou que as famílias de mais de cem alunos de escolas particulares recebem o pagamento. Todas as irregularidades constatadas são encaminhadas para os ministérios que gerem as verbas -no caso do Bolsa Família, o Ministério do Desenvolvimento Social. Também são informados sobre os problemas a Procuradoria Geral da República, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados, o Congresso e os tribunais de contas. O Bolsa Família atende atualmente a 11,1 milhões de famílias em todo o país, segundo o governo federal.

No Orçamento de 2007, foram reservados R\$ 8,6 bilhões para o programa.

*O grande problema do Bolsa Família era que nós não tínhamos um cadastro sério(...)  
Sempre tem um picareta que quer cadastrar uma pessoa que não tem direito*

---

Lula, no último dia 3, em Fortaleza, na 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

### **19. Benefícios foram cortados, diz ministério Felipe Bächtold – Folha de São Paulo – Brasil – 16/07/2007 - DA AGÊNCIA FOLHA**

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome diz que cortou em maio 330 mil benefícios do Bolsa Família por suspeita de renda incompatível com os critérios do programa.

Por isso, diz o ministério, "muitas das situações colocadas pela CGU [Controladoria Geral da União] já estão até resolvidas".

Segundo o ministério, foram tomadas "todas as providências" em relação às irregularidades constatadas em um dos relatórios da CGU -o de março, com dados de 60 cidades. A pasta ainda não recebeu dados das auditorias feitas em outras 60 cidades. Os municípios que tiveram beneficiados bloqueados em maio têm até agosto para atualizar no sistema do programa a renda das famílias ou cancelar definitivamente o cadastro de quem que recebia pagamento irregular.

O ministério também diz que tem mecanismos de controle por meio da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), que tem dados do mercado formal de trabalho. Também são feitas auditorias para detectar duplicidade de cadastros. **(FB)**

## **20. Ministério do Desenvolvimento Social esclarece distorções no Bolsa Família apontadas pela CGU – MDS- 16/07/2007**

Sobre as informações divulgadas por alguns veículos de imprensa, nesta segunda-feira (16/07), citando distorções no programa Bolsa Família apontadas por relatórios da Controladoria Geral da União (CGU), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) esclarece que os dados da CGU estão defasados.

Há cerca de um ano, os técnicos da CGU foram aos Municípios citados a fim de fiscalizar a execução de programas e projetos com recursos do Governo Federal. Por isso, a maioria das distorções apontadas já foi corrigida pelo MDS. Só em maio, foram bloqueados 330 mil benefícios por suspeita de renda mensal per capita acima de R\$ 120,00, limite máximo para inclusão no Bolsa Família.

Desde 2003, cerca de 1,9 milhão de famílias tiveram seus benefícios cancelados ou bloqueados por medidas de controle adotadas pelo Ministério. Além disso, a cada mês, cerca de 50 mil famílias deixam o programa e outras 50 mil começam a receber o benefício. O MDS cruzou os dados da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego sobre mercado formal de trabalho, com as informações do Cadastro Único para checar a renda dos benefícios do Bolsa Família. O MDS realiza também auditorias para detectar duplicidades de cadastro.

O MDS lembra ainda que o controle do programa conta com a Rede Pública de Fiscalização do Bolsa Família, integrada pelo Ministério Público Federal, Ministérios Públicos Estaduais, Tribunal de Contas da União, além da CGU. Após receber os relatórios desses órgãos de controle, o MDS toma todas as providências e notifica os Municípios - para atualizar renda per capita e acompanhar condicionalidades - ou a Caixa Econômica Federal, responsável pela entrega dos cartões dos beneficiários. Em caso de suspeita de renda superior a R\$ 120,00 ou duplicidade de cadastro, os benefícios são bloqueados

imediatamente para averiguação. Após as correções feitas pelos Municípios, os benefícios são desbloqueados ou cancelados.

## **21. Publicado decreto que reajusta benefícios do Bolsa Família - MDS - 17/07/2007**

O reajuste de 18,25% dos benefícios do Bolsa Família foi regulamentado, nesta terça-feira (17/07), com a publicação do Decreto nº 6.157 no Diário Oficial da União. A partir de agosto, as cerca de 11 milhões de famílias atendidas vão receber valores corrigidos pela inflação ocorrida entre outubro de 2003 (época da implantação do programa) e maio de 2007.

É a primeira recomposição dos valores dos benefícios desde a criação do Bolsa Família. Com a correção, o menor valor passa de R\$ 15,00 para R\$ 18,00 e o máximo de R\$ 95,00 para R\$ 112,00. O valor médio nacional que hoje é de R\$ 62,00 será de R\$ 72,00. E o benefício básico - destinado a famílias extremamente pobres, ou seja, aquelas com renda mensal per capita de até R\$ 60,00 – passa de R\$ 50,00 para R\$ 58,00.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pela execução do programa de transferência condicionada de renda, prioriza as famílias extremamente pobres. Elas recebem o benefício básico mais o variável por filho de até 15 anos, limitado a três. Uma família nessa situação que tenha três filhos recebe, em julho, um benefício de R\$ 95,00 e com o reajuste este valor será de R\$ 112,00, em agosto.

As famílias consideradas pobres, ou seja, com renda mensal por integrante entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00, recebem apenas o benefício variável, limitado a três. Uma família pobre com três crianças, por exemplo, que recebia até agora R\$ 45,00 do Bolsa Família passa a receber R\$ 54,00, com a correção.

O objetivo do reajuste é recuperar o poder de compra dos benefícios transferidos à população de baixa renda em todo o País. Pesquisas do MDS mostram que os recursos são destinados principalmente à aquisição de alimentos, material escolar, medicamentos e vestuário.

A correção do Bolsa Família foi anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura da III Conferência Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional no dia 3 de julho, em Fortaleza. O decreto publicado nesta terça-feira altera o anterior, nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamentou a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

Atualização de valores:

**Benefício básico:** passa de R\$ 50,00 para R\$ 58,00. Destinado a famílias extremamente pobres. Além do benefício básico, essas famílias recebem o variável que era de R\$ 15,00 e, com a correção, chegará a R\$ 18,00.

Valor máximo, que era de R\$ 95,00, será de R\$ 112,00.

**Benefício variável:** passa de R\$ 15,00 para R\$ 18,00, limitado a três crianças e adolescentes de até 15 anos. Destinado a famílias pobres. O valor máximo, nesse caso, era de R\$ 45,00 e chegará a R\$ 54,00.

**Valor médio do benefício:** hoje é de cerca de R\$ 62,00 e será de R\$ 72,00

## **22. CGU divulga nota sobre fiscalização do Bolsa Família e diz que programa é vitorioso – MDS - \*Assessoria de Comunicação Social / CGU- 18/07/2007**

Em relação à matéria “Bolsa Família tem problemas em 90% de cidades auditadas”, publicada nesta segunda-feira (16/07/2007) no jornal Folha de S. Paulo, a Assessoria de Comunicação Social da Controladoria-Geral da União esclarece:

1) Os números utilizados na reportagem foram levantados pelo próprio repórter, no site da CGU na Internet ([www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)), conforme dados disponíveis nos relatórios de auditoria do Programa de Fiscalização de Municípios a partir de Sorteios Públicos;

2) O levantamento feito pela reportagem considera, na totalização das irregularidades, qualquer tipo de problema constatado nos municípios, sem distinção entre a gravidade dos fatos.

3) A CGU entende que um programa como o Bolsa Família, com abrangência nacional e executado de maneira descentralizada por prefeituras municipais em conjunto com a Caixa Econômica Federal, naturalmente apresentará falhas. No entanto, as análises estatísticas feitas pelas equipes técnicas da Controladoria mostram que a execução do programa vem melhorando ano a ano, como revelam os dados apresentados no Relatório de Gestão da CGU referente ao exercício de 2006;

4) Segundo o relatório, no ano de 2006, foram fiscalizados 174 municípios, cujos resultados demonstram o seguinte:

- a existência de famílias com evidências de renda per capita superior à estabelecida no programa ficou em 5% das 4.230 famílias visitadas, abaixo do verificado em 2005, em torno de 7%;

- a ausência do órgão local de controle social caiu de 26%, em 2005, para 6% no ano de 2006;

- o número de municípios onde a prefeitura deixou de atuar junto às famílias para controlar o cumprimento das condicionalidades caiu de 40%, em 2005, para 21%, em 2006;

5) O Ministério do Desenvolvimento Social vem respondendo, de forma imediata e eficaz, a todas as medidas recomendadas pela Controladoria para sanar as falhas apontadas pela fiscalização. A CGU considera o Bolsa Família um programa vitorioso sob todos os aspectos, inclusive devido à sua ampla visibilidade e transparência, uma vez que seus dados são publicados mensalmente no Portal da Transparência da CGU

[www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br), com o nome de cada beneficiário, em cada município e com o respectivo valor recebido.

## **23. Programas brasileiros de combate à fome ultrapassam fronteiras do País – Sítio Eletrônico do MDS – 18/07/2007**

Um encontro que tem grandes possibilidades de render frutos e ultrapassar as fronteiras do Brasil colocou pequenos agricultores familiares do pequeno distrito de Jordão, em Sobral

(Ceará), e representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe juntos, em torno do mesmo objetivo: reduzir as condições de insegurança alimentar, com geração de trabalho e renda para comunidades pobres.

O grupo estrangeiro, que representa a sociedade civil, faz parte dos Países Africanos de Língua Portuguesa (Palop), convidado para participar do Projeto Rede Internacional de Segurança Alimentar (IFSN), implementado pela ActionAid International, uma organização não-governamental que trabalha em mais de 40 países em ações de combate à pobreza. Entre as principais iniciativas estão as relacionadas à garantia dos direitos básicos, como alimentação, saúde, moradia e educação.

A semelhança entre realidades despertou o interesse principalmente pelos Programas de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e de Cisternas, ambos executados com o apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Além dos representantes dos Palop, participaram do encontro autoridades do governo e da sociedade civil do Equador e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) da Nicarágua.

O primeiro contato com os produtores ocorreu durante a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na capital cearense, no início de junho, quando a comitiva visitou a região, localizada nas imediações de Sobral e onde se concentra uma das maiores produções de alimentos da agricultura familiar – cerca de 25 mil quilos/mês, entre frutas e verduras. Com a garantia de compra dos produtos pelo Governo Federal, mais de R\$ 30 mil são liberados e repassados para o Restaurante Popular de Sobral e 19 instituições de assistência social, como abrigos, asilos e creches.

“Os produtores se sentiram valorizados no trabalho que fazem”, comentou a coordenadora do PAA em Sobral, Walderez Portela. “A oportunidade de trocar experiências com os estrangeiros foi muito boa para eles”. O distrito de Jordão é um dos 14 que pertencem administrativamente a Sobral e que, por se localizar na região serrana do Estado, não é tão atingido pela seca.

Segundo ela, os agricultores – um grupo de quase 50 pessoas - lembraram as mudanças na qualidade de vida das famílias e destacaram como maior vantagem a certeza do pagamento ao final de cada mês, ao contrário do que ocorria até junho de 2006, quando foi firmado o convênio entre o Município e o Governo Federal. Com a parceria, 268 pequenos produtores e mais de 1.124 moradores pobres puderam ser beneficiados. O recurso repassado pelo MDS foi de R\$ 600 mil e a contrapartida municipal de R\$ 32.400,00, para aquisição de 175 mil toneladas de alimentos.

A visita à região de Sobral incluiu ainda unidades de cisternas e o Restaurante Popular da cidade, que também integram os programas de Segurança Alimentar e Nutricional apoiados financeiramente pelo MDS. Na oportunidade, a equipe técnica do Ministério forneceu informações sobre os demais equipamentos públicos da área, como Cozinhas Comunitárias e o Banco de Alimentos, e sobre o Programa Bolsa Família, de transferência de renda, que já beneficia cerca de 11 milhões de famílias em todo o País.

## **24. Governo reajusta Bolsa Família – O Globo – O País – 18/07/2007**

BRASÍLIA E SALVADOR. O governo reajustou ontem os benefícios do programa Bolsa família.

Como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já havia anunciado, a correção vai elevar o benefício básico de R\$ 50 para R\$ 58.

Também foram reajustados os valores pagos para cada criança inscrita no programa e o teto pago pelo Bolsa Família. Em média o reajuste foi de 18,2%.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, a correção seguiu a variação do INPC do período de outubro de 2003 — quando o programa foi criado — até maio deste ano. O valor pago por criança passou de R\$ 15 para R\$ 18, e o benefício máximo, de R\$ 95 para R\$ 112. Os benefícios pagos este mês não sofreram correção. Os novos valores serão pagos a partir de 1º de agosto.

O Ministério do Desenvolvimento Social informou que, para facilitar o sistema de pagamento do Bolsa Família, os valores dos benefícios foram arredondados. O decreto que oficializou a correção no Bolsa Família foi publicado ontem no Diário Oficial.

A Controladoria Geral da União (CGU) identificou fraudes no Bolsa Família na cidade de Cruz das Almas, na Bahia, a 146 quilômetros de Salvador. Comerciantes do município costumam ficar com o cartão dos beneficiários, como uma espécie de garantia para vender à prestação. A prática se tornou comum no município, onde cartões do Bolsa Família já foram encontrados em supermercados e padarias.

A auditoria da CGU descobriu também que 175 servidores municipais, como professores, com renda de R\$ 245 a R\$ 1.400, recebiam o benefício.

O prefeito Orlando Peixoto Filho (PT) afirmou que, ao assumir, já encontrou as irregularidades em vários setores.

— Foi preciso equipar as secretarias para iniciar os trabalhos. Foi feito o recadastramento e o que foi encontrado de irregular, nós corrigimos.

## **25. Publicado decreto de reajuste do Programa Bolsa Família – CONSEA - Fonte: SIP - Presidência da República - 19.07.2007**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou, por meio do Decreto 6.157 (publicado no Diário Oficial da União - DOU desta terça-feira), o reajuste dos benefícios concedidos pelo Programa Bolsa Família. Os novos valores, que entram em vigor a partir de 1º de agosto, incluem o benefício básico, que passa de R\$ 50 para R\$ 58, e o benefício variável, que passa de R\$ 15 para R\$ 18.

O benefício básico é concedido a famílias com renda mensal até R\$ 60, e o variável destina-se a cada criança ou adolescente da família, até o limite de três filhos. Nesse caso, o valor do benefício variável, por família, aumentou de R\$ 45 para R\$ 54, enquanto o teto máximo do Programa (benefício básico mais variável) subiu de R\$ 95 para R\$ 112. /p> Com o reajuste, que teve por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado em 18,5% pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de outubro de 2003 a maio de 2007, o investimento no Programa terá um aumento de 400 milhões este ano.

Esta é a primeira vez que os benefícios do Bolsa Família são reajustados desde que os programas sociais foram unificados, em 2004, por meio da Lei 10.836. O objetivo do

governo é assegurar o poder de compra dos beneficiários e garantir que o Programa continue cumprindo seu papel na redução da pobreza no País.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2004 e 2005, o Brasil vem diminuindo seus índices de pobreza, alcançado entre 1992 e 2005, uma redução acumulada de 54,6% nas situações de pobreza extrema. Ainda em 2004, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) chegou à conclusão de que o Bolsa Família, individualmente, é responsável por 21% da queda da desigualdade medida pelo índice Gini.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Programa atende hoje 11,1 milhões de famílias em todo o Brasil e, além de contribuir para redução da pobreza e da desigualdade, tem melhorado a situação alimentar e nutricional dos beneficiários em função das exigências de que os pais mantenham as crianças na escola e cumpram alguns cuidados básicos para a saúde da família.

## **26. Consumo desacelera nas regiões Norte e Nordeste – Cristiane Narnieri – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/07/2007**

Depois de três anos de crescimento consecutivo, as regiões Norte e Nordeste começam a viver uma desaceleração no ritmo do consumo. Segundo a empresa de pesquisas LatinPanel, o gasto médio das famílias com 70 categorias das cestas de alimentos, bebidas e higiene e limpeza cresceu 1% nessas regiões, nos cinco primeiros meses do ano. No resto do país, a expansão foi de 6% no período. Outros indicadores confirmam o freio no crescimento das duas regiões. De junho de 2006 a maio de 2007, o valor do tíquete médio de compras das famílias do Norte e do Nordeste aumentou 1% quando comparado aos 12 meses anteriores. Passou de R\$ 9,11 para R\$ 9,21. No resto do país, o crescimento foi de 5%, indo para R\$ 10,30. Além disso, o volume médio dos produtos consumidos encolheu 2%, enquanto nas outras regiões do país subiu 2%. O LatinPanel acompanha semanalmente o consumo de 8.200 domicílios no país.

### **Efeito reduzido**

Economistas e empresários apontam algumas hipóteses, que acontecem simultaneamente, para a desaceleração do crescimento. A primeira é o fim do efeito do Bolsa Família. Para eles, o ganho de renda dos beneficiados já foi incorporado, o consumo mudou de patamar, mas, sem uma política sustentável de geração de emprego e renda, é impossível manter as taxas de crescimento.

"Quando se tira alguma incerteza da economia, o efeito é um salto imediato no consumo para, depois, haver crescimento a taxas menores", afirma Marcelo Neri, chefe do centro de políticas sociais do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Foi o que aconteceu com o Plano Real e é o que se passa com o Bolsa Família."

No Norte e no Nordeste, o peso dos benefícios sociais é mais importante do que no resto do país. Segundo a LatinPanel, enquanto 0,9% das famílias brasileiras têm, nos auxílios concedidos pelo governo, sua principal fonte de renda, nessas regiões o percentual é de 1,06%.

O aumento de 18,25% no Bolsa Família, que vigora em agosto, pode voltar a aquecer a economia da região. "O impacto será grande pois a inflação dos alimentos está alta e o Bolsa Família não é reajustado desde 2003", diz Eduardo Fagnani, professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Outro movimento importante que ajuda a explicar o freio no crescimento do consumo é a transferência de renda da população. Com a ida de empresas para a região, houve um aumento no emprego. "Os empregados ficaram confiantes para fazer carnês de prestação", afirma Osmar Sepúlveda, professor da UFBA (Universidade Federal da Bahia). De acordo com Eugenio Foganholo, da consultoria Mixxer, com o comprometimento da renda na compra de bens como telefones e móveis, o dinheiro para alimentos e bebidas diminuiu nessas regiões.

### **27. Ações centradas na família chamam atenção de dirigentes do Benin em visita ao MDS – Sítio Eletrônico do MDS – 24/07/2007**

A centralidade dos programas sociais na família foi um dos aspectos da política pública do Governo Federal que chamou a atenção da equipe de dirigentes de Benin, país localizado na parte noroeste da África, em visita esta semana ao Brasil. A missão, recebida nesta terça-feira (24/07) pela ministra interina do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, veio conhecer experiências, como o Bolsa Família, que possam ser implantadas naquela nação.

Márcia Lopes explicou que as diversas iniciativas realizadas pelo Ministério têm a família como foco da atenção. Segundo ela, esse é um dos objetivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Bolsa Família. "A sociedade não é vista mais de forma fragmentada. Entendemos que para que as ações sejam eficientes é preciso olhar a família como um todo", explicou a ministra interina, mostrando ainda que no Brasil já funcionam 3.248 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que também atende todos os integrantes da família.

Integram a missão de Benin, que iniciou sua visita ontem, representantes do Ministério da Família, do Fundo de Apoio à Solidariedade Nacional e à Ação Social e do Ministério do Ensino Primário, da Alfabetização e das Línguas Nacionais. A comitiva teve acesso às informações do Fome Zero, das ações de segurança alimentar, do Bolsa Família e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Na quinta-feira (26), os dirigentes estarão em Diadema, região metropolitana de São Paulo, para ver de perto o funcionamento do CRAS e do Restaurante Popular.

A visita ao Brasil é organizada pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, que acompanha os projetos brasileiros de cooperação técnica e coordenou missão em Benin no último mês de fevereiro. Como resultado, o governo do país africano oficializou interesse em conhecer os programas de proteção social desenvolvidos pelo governo brasileiro.

## **28. Termina em agosto prazo para municípios atualizarem renda de benefícios bloqueados do Bolsa Família – MDA 25/07/2007**

O prazo para os municípios verificarem a informação de renda de 330.682 benefícios do Bolsa Família bloqueados termina no fim de agosto. Até 29 de junho, apenas 70 mil tiveram os dados atualizados, o que corresponde a 24% dos cadastros com suspeitas de renda per capita acima de R\$ 120,00, critério para inclusão no programa. O pagamento foi suspenso em maio, depois que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) comparou a renda declarada no Cadastro Único para Programas Sociais com a renda informada na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dos anos de 2004 e 2005. O objetivo foi verificar inconsistências entre as informações das duas bases de dados.

Os bloqueios correspondem a cerca de 3% do total de 11 milhões de famílias beneficiadas. Com a atualização dos cadastros, o MDS vai melhorar ainda mais a focalização do programa de transferência de renda. A partir de setembro, as famílias que tiveram os benefícios bloqueados e não foram localizadas pelo gestor municipal serão excluídas do Bolsa Família. A verificação cadastral vai permitir o desbloqueio de beneficiários que se enquadram no perfil do programa.

O Ministério bloqueou os benefícios de famílias com maiores indícios de distorções: renda mensal na Rais acima de R\$ 150,00 per capita. No entanto, se elas se enquadrarem no critério de até R\$ 120,00 per capita/mês devem procurar o gestor do Programa no município e solicitar a atualização de renda no Cadastro Único. Assim, o benefício será desbloqueado. Se a família realmente tem renda superior àquela utilizada pelo Bolsa Família, o benefício será cancelado. A atuação das prefeituras é fundamental para corrigir essas situações.

**Mudança na renda** - Outras 198.634 famílias deverão ter sua renda familiar averiguada até o final de agosto. Estas famílias, que apresentam indícios de renda acima – entre R\$ 120, e R\$ 150,00 - daquela exigida pelo Programa, necessitam que seu cadastro também seja verificado e atualizado pelos gestores municipais. A partir de setembro, esses benefícios serão bloqueados se não houver alterações cadastrais.

No cruzamento de dados, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS utilizou a base dos cadastros processados até 30 de novembro de 2006 e dos benefícios correspondentes à folha de pagamento do Bolsa Família de janeiro de 2007 e comparou com a renda dos trabalhadores informada pelas empresas empregadoras nos anos de 2004 e 2005. A Rais traz informações sobre o mercado formal de trabalho.

O MDS orienta os municípios a serem rígidos na verificação cadastral. É importante que todas as informações seja atualizadas (endereço, número de dependentes, nome da escola das crianças ou adolescentes etc), mas os campos do cadastro referentes à renda devem receber especial atenção. Mesmo que nenhuma informação precise ser alterada, o gestor deve retransmitir o cadastro para validar os dados originais. A família que não apresentar comprovação de renda (carteira de trabalho ou contra-cheque) deve assinar um termo de responsabilidade pelas informações.

O Ministério apóia a atuação das prefeituras com o repasse mensal de recursos por meio do

Índice de Gestão Descentralizada (IGD). O índice considera a qualidade e a atualização do cadastro, o acompanhamento da frequência escolar e do atendimento dos beneficiários nos postos de saúde. O montante repassado varia de acordo com o número de famílias no cadastro e o desempenho da cidade e deve ser aplicado apenas em ações para melhorar a gestão do Bolsa Família.

<b>Bloqueios e averiguações dos benefícios do Programa Bolsa Família, por Estado</b>		
<b>Estados</b>	<b>Bloqueio</b>	<b>Averiguação</b>
<b>Brasil</b>	<b>330.682</b>	<b>198.634</b>
Rondônia	2.473	1.575
Acre	1.215	746
Amazonas	5.984	2.510
Roraima	555	329
Pará	8.748	5.691
Amapá	822	401
Tocantins	2.335	1.701
Maranhão	6.803	4.860
Piauí	3.602	2.919
Ceará	13.267	10.792
Rio Grande do Norte	7.584	5.213
Paraíba	6.611	5.423
Pernambuco	19.867	12.652
Alagoas	7.230	5.020
Sergipe	3.886	2.833
Bahia	26.525	17.070
Minas Gerais	37.980	27.560
Espírito Santo	7.471	4.975
Rio de Janeiro	16.727	9.932
São Paulo	66.861	30.149
Paraná	24.884	14.390
Santa Catarina	8.333	4.871
Rio Grande do Sul	22.585	11.738
Mato Grosso do Sul	6.320	3.429
Mato Grosso	6.089	3.249
Goiás	12.531	7.063
Distrito Federal	3.394	1.543

## **29. Bolsa Família é tema de curso sobre programas de transferência de renda na África – MDA – Bruno Spada/MDS - 31/07/2007**

O sistema de pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família em mais de 19 mil pontos da Caixa Econômica Federal, espalhados em todo o País, e o cadastramento das famílias de baixa renda estão sendo os temas abordados pela representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), secretária nacional de Renda de Cidadania, Rosani Cunha, durante o curso de capacitação de técnicos de governo e outros implementadores de políticas públicas, na Cidade do Cabo, África do Sul.

Nesta terça (31/07), Rosani Cunha fala sobre o sistema de pagamento de quase 11 milhões de benefícios em todos os municípios brasileiros, o que corresponde a uma transferência direta de renda superior a R\$ 692, 9 milhões mensais.

Promovido pelo Instituto de Pesquisa em Política Econômica, com apoio do Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (Dfid), o curso - que começou em 22 de julho e prossegue até o dia 04 de agosto (sábado) - tem por objetivo apresentar modelos e implementação de programas de transferência de renda e desenvolver capacidades dos formuladores de política e dos agentes do programa em países de renda baixa e média. A expectativa dos organizadores é colaborar para a redução da pobreza, como também ajudar esses países a atingirem as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Estudo do IPEA avalia que o Bolsa Família contribuiu para a queda de 21% da desigualdade brasileira. A experiência do governo brasileiro com o Bolsa Família, criado em outubro de 2003, inclui parceria com os municípios, a criação das instâncias de controle social e a Rede Pública de Fiscalização do programa.

Coordenador  
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária  
Diva de Faria

**oppa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

